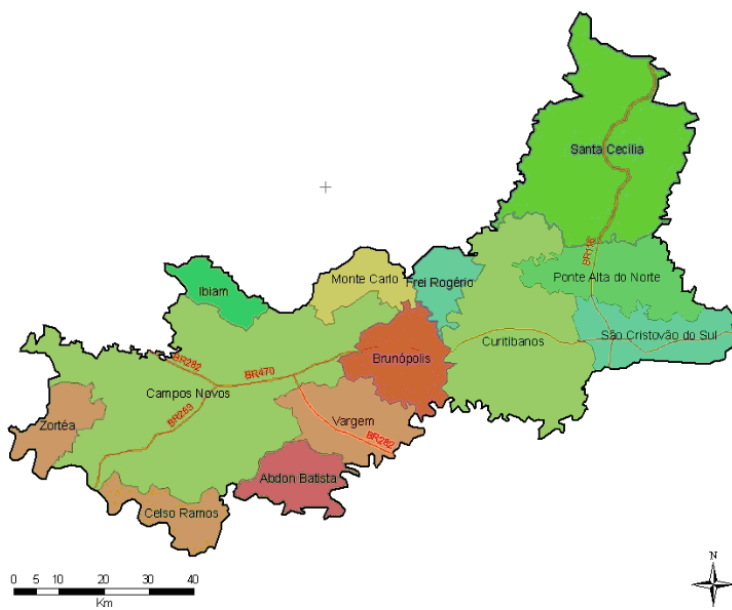


PLANALTO CATARINENSE

PTDRS



2010

Planalto Catarinense

SDT/MDA

Novembro /2010

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Guilherme Cassel

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Humberto Oliveira

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM SC

Jurandi Teodoro Gugel

ARTICULADOR ESTADUAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM SC

Alexandre da Silva Santos

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

Luiz Carlos Dartora

COLEGIADO TERRITORIAL

Membros pertencentes ao CT

NÚCLEO DIRIGENTE DO COLEGIADO TERRITORIAL

Membros pertencentes ao ND

NUCLEO TÉCNICO DO COLEGIADO TERRITORIAL

Membros pertencentes ao NT

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>6</u>
<u>RESUMO EXECUTIVO.....</u>	<u>8</u>
<u>HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIDADE DO TERRITÓRIO.....</u>	<u>11</u>
<u>1- DIAGNÓSTICO TERRITORIAL.....</u>	<u>12</u>
<u>1.1 Dimensão Sociocultural e Educacional.....</u>	<u>12</u>
<u>1.1.1.Contexto histórico da formação e constituição do Território.....</u>	<u>12</u>
<u>1.1.2.Características demográficas.....</u>	<u>15</u>
<u>1.1.3.Características do Tecido Sociocultural.....</u>	<u>18</u>
<u>1.1.4.Situação da Saúde.....</u>	<u>21</u>
<u>1.1.5.Situação da Educação.....</u>	<u>23</u>
<u>1.2 Dimensão Ambiental.....</u>	<u>26</u>
<u>1.1.1 Características geoambientais.....</u>	<u>26</u>
<u>1.1.2 Processos Territoriais de Gestão Ambiental.....</u>	<u>29</u>
<u>1.3 Dimensão socioeconômica.....</u>	<u>31</u>
<u>1.1.3 Análise dos Setores Industrial e de Comércio e Serviços.....</u>	<u>35</u>
<u>1.1.4 Análise do Setor Agropecuário.....</u>	<u>39</u>
<u>1.1.4.1 Estrutura Fundiária.....</u>	<u>39</u>
<u>1.1.4.2 Principais atividades agropecuárias.....</u>	<u>44</u>
<u>1.1.4.3 Organizações e Serviços de Apoio à Agricultura Familiar no Território.....</u>	<u>49</u>
<u>1.1.4.4 Resultados das Principais Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Território.....</u>	<u>52</u>
<u>2 - VISÃO DE FUTURO.....</u>	<u>56</u>
<u>3 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....</u>	<u>57</u>
<u>4 - VALORES OU PRINCÍPIOS.....</u>	<u>58</u>
<u>5 - DIRETRIZES PRINCIPAIS.....</u>	<u>58</u>
<u>6- EIXOS DE DESENVOLVIMENTO.....</u>	<u>59</u>
<u>6.1 - Eixo 1 – Geração de emprego e renda.....</u>	<u>59</u>
<u>6.2 - Eixo 2 – Associativismo e cooperativismo.....</u>	<u>61</u>
<u>6.3 - Eixo 3 – Meio ambiente.....</u>	<u>61</u>
<u>6.4 - Eixo 4 – Intermunicipalidade.....</u>	<u>62</u>
<u>6.5 - Eixo 5 – Organização e formação.....</u>	<u>62</u>
<u>6.6 - Eixo 6 - infraestrutura e serviços de apoio.....</u>	<u>62</u>
<u>7 - PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS.....</u>	<u>63</u>
<u>7.1 - Geração de emprego e renda.....</u>	<u>63</u>
<u>7.2 - Associativismo e cooperativismo.....</u>	<u>63</u>
<u>7.3 - Meio ambiente.....</u>	<u>64</u>
<u>7.4 - Intermunicipalidade.....</u>	<u>64</u>
<u>7.5 - Organização e formação.....</u>	<u>64</u>
<u>7.6 - Infraestrutura e serviços de apoio.....</u>	<u>65</u>
<u>8 - PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL.....</u>	<u>65</u>
<u>9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>65</u>
<u>10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS.....</u>	<u>67</u>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica dos municípios no Território

Figura 2 - Bacias hidrográficas que pertencem ao Território

Figura 3 - Participação em 2004 do Território no número de cabeças dos principais rebanhos comerciais em relação ao Estado e ao Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios do Território Planalto Catarinense, população total, urbana e rural e percentual de população urbana e rural

Tabela 2 - Assentamentos da Reforma Agrária, localizados no Território Planalto Catarinense e total de famílias por Assentamento

Tabela 3 – Número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios, 2006

Tabela 4 - Percentual de domicílios e o tipo de esgotamento sanitário (Águas servidas) para o Território

Tabela 5 – Percentual de analfabetos por município e faixa etária no Território

Tabela 6 - Características dos principais rios que cortam o Território

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano no Território

Tabela 8 – Variação do Índice de Gini de 1991 a 2000 no Território

Tabela 9 – Percentual de Indigentes e Pobres e Intensidade da Indigência e Pobreza no Território

Tabela 10 – Produto Interno Bruto dos municípios do Território

Tabela 11 – Principais municípios e números de empresas e empregos ligados à produção florestal e seus derivados

Tabela 12: Número de agências bancárias, Cooperativas de Crédito e Agências de Microcrédito nos Municípios do Território (out/2009)

Tabela 13 - Total de Estabelecimentos, Área e Percentuais de Agricultura Familiar e Patronal no Território

Tabela 14 - Número de Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total do Território

Tabela 15 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor no Território

Tabela 16 - Valor da Produção da Lavoura Temporária do Território (Mil Reais)

Tabela 17 - Área Plantada com Lavoura Temporária no Território

Tabela 18- Madeira em Tora para Papel e Celulose: Quantidade Produzida e Valor da Produção

Tabela 19 – Montante do Crédito Rural do Pronaf no Território Planalto Catarinense por município e Ano Agrícola

Tabela 20 – Número de Contratos do Pronaf no Território Planalto Catarinense por Municípios e Ano Agrícola

Tabela 21 – Finalidade do Projeto, Valor e Entidade Executora dos Recursos do Pronaf investidos no Território

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) é uma iniciativa do Governo Federal que visa a redução das desigualdades sociais, a superação da pobreza rural e a promoção de um estilo de desenvolvimento rural orientado pelos preceitos da sustentabilidade, considerando as diferentes dimensões dessa noção (social, ambiental e econômica). Esse Programa busca, de forma especial, apoiar projetos estratégicos que melhorem a vida de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais e membros das comunidades quilombolas¹. Para tanto promove a articulação entre políticas públicas e a atuação protagonista das diferentes organizações e segmentos sociais considerados representativos do ponto de vista socioeconômico e político nos territórios. Ressalte-se que essa concepção compreende também a percepção da existência de segmentos sociais desses territórios, que se encontram em situação de exclusão social, a maioria há várias gerações, não tendo representação política nas principais organizações da sociedade civil, nem acesso às principais políticas públicas. Trata-se de uma camada da população rural que necessita atenção especial dos gestores da política de desenvolvimento territorial no sentido de criar mecanismos inéditos de inserção social. Nesse sentido, no processo de implantação desse Programa procura-se dar ênfase à adoção de metodologias participativas, em especial, no que se refere à elaboração e acompanhamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Considerando essas premissas, no Território Planalto Catarinense, o processo de planejamento estabeleceu como objetivos estratégicos deste Plano os seguintes aspectos: i) articular a interação do setor agrícola e, em especial da agricultura familiar, com os demais setores da economia; ii) organizar os projetos de desenvolvimento do território, priorizando ações consideradas estratégicas para esses segmentos; e iii) visar o planejamento integrado das ações, com o propósito de alavancar o desenvolvimento territorial sustentável. Estes objetivos devem

¹ Na sequência deste Plano utiliza-se a noção de agricultura familiar como agregadora, também, desses outros segmentos sociais, embora se saiba que entre eles exista uma diversidade de situações marcante, que precisa ser considerada quando da implementação de políticas públicas.

fortalecer os segmentos sociais acima mencionados, por meio de projetos que considerem de forma simultânea a inclusão social, a geração de renda e a preservação do meio ambiental. Assim, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Catarinense está pautado nos princípios da participação social, valorização da agricultura familiar, agroecologia e inclusão social.

Esta versão do Plano priorizou a atualização do Diagnóstico Territorial. Os demais componentes não foram alterados devendo ser objeto de rediscussão pelos membros do Colegiado Territorial na sequência do processo de planejamento. A atualização do diagnóstico territorial foi realizada por meio da análise de dados secundários, em especial dos últimos Censos -Demográfico de 2010 e Agropecuário de 2006- e entrevistas com representantes institucionais do Território Planalto Catarinense. De forma resumida pode-se dizer que dois focos centrais nortearam os trabalhos: i) fornecer à Secretaria de Desenvolvimento Territorial e demais organizações externas um documento contendo informações socioeconômicas, ambientais e organizacionais do Território e ii) subsidiar o Colegiado e demais organizações territoriais com análises, que contribuam nas suas discussões para a elaboração dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável do Território. Ademais, com este trabalho pretende-se fomentar a prática da pesquisa e do estudo como instrumento de planejamento do desenvolvimento territorial sustentável.

RESUMO EXECUTIVO

O Território Planalto Catarinense é composto por treze municípios - Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Curitibanos, Frei Rogério, Ibiá, Monte Carlo, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Santa Cecília, Vargem e Zortéa-, sendo todos considerados tipicamente rurais pelos critérios adotados pela SDT/MDA². Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Território possui uma população de 122.119 habitantes e uma densidade demográfica de 19,4 hab./Km², bem abaixo dos 64,8 hab./Km² do estado de Santa Catarina. Além disso, seis municípios, todos com população inferior a três mil habitantes, apresentam crescimento populacional negativo. Esses municípios constituem uma faixa que divide o território em duas partes, tendo de um lado Campos Novos e, de outro, Curitibanos. Dos treze municípios, apenas quatro possuem mais de cinco mil habitantes: Curitibanos (37.628), Campos Novos (32.816), Santa Cecília (15.634) e Monte Carlo (9.312). Os dois primeiros cumprem o papel de municípios pólos em decorrência dos seus melhores desempenhos na esfera econômica e, sobretudo, no que se refere à qualidade dos serviços prestados à população.

O Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território se pauta em diferentes dimensões do desenvolvimento: i) **Dimensão Sociocultural e Educacional**: equidade social, através da intensa participação dos cidadãos nas esferas de decisões territoriais; ii) **Dimensão Ambiental**: compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade ecológica, enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais; iii) **Dimensão Socioeconômica**: alcançar resultados econômicos com níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular recursos territoriais específicos para gerar oportunidades de trabalho e renda.

Assim, o objetivo principal deste Plano consiste em promover o desenvolvimento territorial com igualdade e inclusão social, considerando as dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental). O ponto de partida são as demandas da agricultura familiar, incluindo agricultores assentados, quilombolas e

² A SDT adota os seguintes critérios de ruralidade: "município - densidade demográfica até 80 hab./Km² e população total até 50.000 habitantes; microrregião geográfica - densidade demográfica até 80 hab./Km² e população média por município componente da microrregião de 50.000 habitantes. Sempre que uma microrregião atinge índices que a categorizam como 'rural', nesta categoria se incluem todos os municípios que compõem a microrregião considerada" (SDT, 2003, p.35).

pescadores artesanais, consideradas estratégicas para o desenvolvimento territorial sustentável. Os princípios da agroecologia, a participação social, a valorização da agricultura familiar e a inclusão social servem de referência para que se possa alcançar esse objetivo.

O público beneficiário prioritário dos projetos a serem empreendidos e apoiados constitui-se de 5.337 estabelecimentos de agricultores familiares. Desse total, 810 famílias, além da agricultura, exploram a pesca artesanal; 511 são assentadas por programas de reforma agrária, 308 foram beneficiadas por políticas de crédito fundiário (Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário) e 300 famílias são consideradas afro-descendentes. Duas comunidades rurais do Território são quilombolas, sendo uma já reconhecida, localizada em Campos Novos, e outra, sem reconhecimento oficial, se auto define como sendo comunidade cabocla.

Nesta nova versão do Plano priorizou-se o aprimoramento do diagnóstico territorial, considerando as dimensões sócio-cultural, político-institucional, ambiental e econômica. Nesta fase, os principais eixos e programas elaborados anteriormente foram mantidos, mas na sequência do processo de planejamento serão retomados e reajustados, já que servem de referência para a elaboração dos projetos de desenvolvimento e, conseqüentemente, para a aplicação de recursos financeiros.

As prioridades deste Plano consistem em promover: **i) o reconhecimento público** das comunidades quilombolas auto-definidas no território e implementação de programas de apoio; **ii) o desenvolvimento de ações** voltadas à segurança hídrica, para abastecimento humano e desenvolvimento de atividades produtivas; **iii) a promoção de ações** de segurança alimentar e nutricional, que estimulem a produção de alimentos seguros e promovam a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); **iv) a oferta de serviços de assistência técnica e de extensão rural** para todos os agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas e assentados de reforma agrária, articulada com as necessidades locais; **v) a realização de investimentos** em infra-estrutura rural, em obras para saneamento, inclusão digital e manutenção das estradas vicinais; **vi) a disponibilização de recursos** para aquisição de máquinas e implementos agrícolas e para processamento e agregação de valor, além de fomentar as microfinanças e, em especial, o microcrédito.

O Território possui um Colegiado Territorial constituído de forma paritária entre representantes do poder público e instituições ligadas à agricultura familiar. Os núcleos Dirigentes e Técnicos desse Colegiado, previstos no Regimento Interno, efetuam encontros periódicos, buscando estabelecer um processo permanente de planejamento, com monitoramento e reavaliação do Plano sempre que se considerar necessário. Além disso, os representantes desses Núcleos procuram orientar e monitorar a aplicação de recursos públicos das diferentes políticas setoriais.

HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIDADE DO TERRITÓRIO

O Território Planalto Catarinense fazia parte, entre 2004 e 2006, do Território Serra Catarinense, que congregava quatro Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) do governo do estado de Santa Catarina³: São Joaquim, Lages, Curitibanos e Campos Novos. Diante das dificuldades em coordenar e articular os trabalhos com representantes de 31 municípios distribuídos numa área de 22,6 Km² e com uma população superior a 400 mil habitantes, as lideranças implicadas com a política do MDA/SDT reivindicaram a criação de dois Territórios. No final de 2006, o Território Planalto Catarinense foi constituído, abrangendo os treze municípios das SDR de Curitibanos e de Campos Novos, enquanto que o Território Serra Catarinense contempla os municípios das SDR de Lages e São Joaquim. A continuidade deste histórico, contendo as principais ações empreendidas desde a criação da Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT) até a constituição do Colegiado Territorial, bem como do processo de elaboração dos projetos financiados, encontra-se em processo de elaboração pelo articulador territorial.

³ Em janeiro de 2003, a reforma administrativa do governo estadual estabeleceu a nova estrutura administrativa do poder executivo de Santa Catarina. O Projeto de Lei Complementar 001/03 foi sancionado como Lei Complementar nº243, criando na época 29 SDR e respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, além do Conselho estadual de desenvolvimento. Posteriormente, novas SDR foram constituídas existindo, na atualidade, um total de 36 Secretarias. No processo de constituição dos Territórios da política do MDA/SDT, as delimitações geográficas dessas Secretarias foram, na medida do possível, respeitadas, aglutinando mais de uma SDR num mesmo território.

1- DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

A elaboração deste diagnóstico se deu por meio da análise de dados secundários, documentos preliminares produzidos no processo de implantação dessa política, a exemplo do Plano Territorial elaborado anteriormente, além de entrevistas com atores que participam desse processo, seja de forma direta, seja indiretamente. De forma resumida pode-se dizer que se priorizou três focos principais. O primeiro procura fornecer elementos considerados relevantes para que as organizações territoriais e a SDT acompanhem o processo de implementação dessa política no Território. O segundo visa organizar informações já trabalhadas pelos membros do Colegiado Territorial, mas que ainda não se encontravam sistematizadas. E o terceiro fornece algumas novas informações a partir de fontes de dados secundários recentes, a exemplo dos Censos Demográfico de 2010 e Agropecuário de 2006. Com isso espera-se que os atores locais tenham acesso às informações relativas ao Território, que contribuam para as suas discussões tanto sobre a concepção de projetos estratégicos, quanto sobre a elaboração mais complexa e articulada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Planalto Catarinense.

1.1 Dimensão Sociocultural e Educacional

1.1.1. Contexto histórico da formação e constituição do Território

A área geográfica do Território era habitada, originalmente, por índios das etnias Kaingang e Xokleng. A maioria desses índios era seminômade e, geralmente, praticava a agricultura de forma secundária, sendo o cultivo de milho o mais habitual. Sua principal fonte de alimentação provinha, no entanto, da caça e da coleta, em especial, do pinhão, seu principal alimento no inverno. No século XVIII, bandeirantes paulistas, que transportavam tropas de animais da região dos pampas gaúchos até a feira de Sorocaba em São Paulo, tinham o planalto catarinense como local de parada intermediária para recompor fisicamente homens e animais diante do longo trajeto ainda a ser percorrido até o destino final.

Com o avanço da criação de gado na região, a partir do final do século XVIII, os criadores acirraram as disputas de terras livres com os índios, expulsando-os

dos campos. Ao perderem as terras necessárias para seu sustento, muitos “deixaram-se ficar então junto às fazendas, sujeitos às ordens dos brancos que deles necessitavam como mão-de-obra e, especialmente como garantia de defesa, quando da ameaça de índios arredios” (SANTOS, 1975:17).

Essa região foi, assim, sendo ocupada de forma marcante pelas “fazendas de criar”, que consistiam em colocações de grandes fazendeiros que, normalmente, se instalavam com sua família, agregados e escravos - índios e negros - para desenvolver a pecuária bovina de corte. A pecuária extensiva ainda é uma atividade característica do território, onde grandes fazendeiros e agricultores familiares coexistem, porém com uma menor expressão política dessa última categoria social (CARDOSO, 2004).

No caminho das tropas se estabeleceu uma série de internadas e fazendas localizadas nas áreas de campos naturais, com destaque para as regiões dos atuais municípios de Lages (Território da Serra Catarinense) e Curitiba e Campos Novos (Território do Planalto Catarinense). As regiões a oeste e norte destes campos começaram também a ser ocupadas por pequenos e médios lavradores, a maioria posseira. Como se tratava de uma “região de fronteira no sentido de ser a vanguarda de um processo específico de apropriação e colonização de terras”, esses agricultores se instalaram em regiões de matas, entrecortadas por campos e vales de rios, como o Marombas, Taquaruçu, Correntes, do Peixe, entre outros (MACHADO, 2001:19-20). A partir da década de 1880, famílias de agricultores de origem européia iniciaram um processo mais intenso de colonização na região.

Associado às grandes fazendas tinha-se, portanto, as colocações dos agregados, que possuíam as mais variadas formas de relação com a terra (arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários) e os ex-escravos de fazenda, que após a escravidão, muitos se tornaram posseiros de terras. Esse processo ocorreu durante o século XIX e se estendeu até as primeiras décadas do século XX. A forma de ocupação do espaço e a organização das atividades produtivas impuseram uma dinâmica distinta à vida das comunidades, que se diferenciam da maior parte das demais regiões do estado, onde o processo de colonização por agricultores de origem européia foi predominante.

O intercruzamento étnico entre índios, brancos e negros ex-escravos de fazendas deu origem a uma importante população cabocla, que se autodenomina

de brasileira em oposição aos habitantes de descendência européia. Esse aspecto étnico é um dos elementos que diferenciam a região em relação à maioria das demais do estado. A população cabocla possui um estilo de vida e cultural particular, que se configura numa identidade própria. O caboclo se caracteriza, dentre outros aspectos, por ter sido excluído ao longo da história das principais políticas públicas. Uma parcela não possui terras próprias, fazendo parte do contingente de agricultores que tem um acesso precário aos meios de produção, e uma maioria vive em bairros pobres localizados nas periferias dos núcleos urbanos dos municípios. Esses últimos atuam como mão-de-obra em atividades diversas com predominância da prestação de serviços na agricultura.

No início do século XX, parte dessa região foi palco da “Guerra do Contestado”, que teve como protagonistas principais, os agricultores de origem cabocla. O estopim do processo foi a construção da estrada de ferro, cujo pagamento à empresa estrangeira responsável pela obra se efetivou através da concessão de terras devolutas ao longo do leito da ferrovia, onde viviam inúmeras famílias de agricultores posseiros. A exploração de madeira nessas áreas e sua posterior destinação para projetos privados de colonização com famílias de descendência européia tinham como pressuposto a “limpeza da área”, que se traduzia na expulsão das famílias caboclas.

Durante o período em que Santa Catarina iniciou seu processo de industrialização (1850 a 1914), a economia do Planalto se concentrou na exploração da madeira e na produção pecuária, baseada no sistema de criação extensiva e de baixa produtividade. Na atualidade, a região ainda guarda uma forte herança histórica ligada à pecuária, embora novas atividades tenham sido implantadas, a exemplo da horticultura e da fruticultura de clima temperado, cultivos de alho, cebola, milho, soja e feijão. A região é atualmente a principal produtora de alho do estado.

A crise da indústria madeireira de base extrativista e de seus derivados ocorrida nas décadas de 1970 e 1980 forjou o surgimento dos ramos de madeira e papel-celulose, que se constituem num dos segmentos industriais mais competitivos do estado (Raud, 1999). Essas duas atividades são responsáveis pela maior parte da renda industrial da região. Verifica-se, também, que os programas de reflorestamento com *pinus*, implantados nas últimas décadas pelas principais empresas dos ramos de madeira e papel-celulose, ampliaram consideravelmente a oferta dessa matéria-prima, provocando uma forte pressão sobre o mercado de terras, bem

como mudanças drásticas na paisagem natural típica da região constituída por florestas de araucária e campos nativos (CAZELLA; BÚRIGO, 2008).

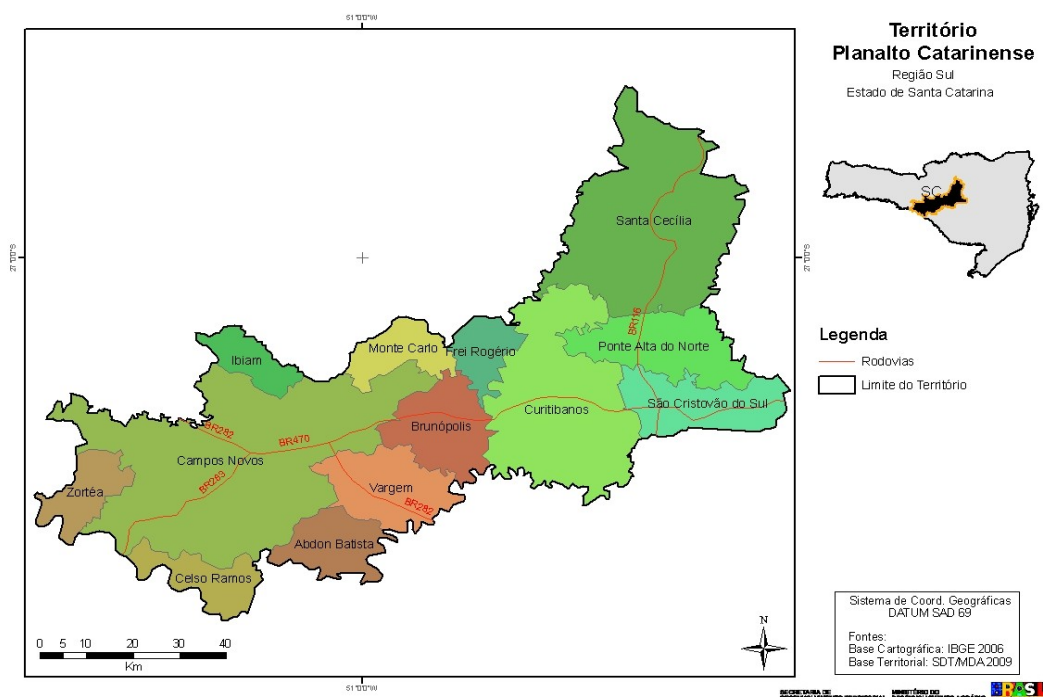
Devido ao baixo aproveitamento da mão-de-obra liberada da agricultura ao longo do processo de modernização agrícola empreendido nas décadas de 1970 e 1980, uma característica regional tornou-se marcante: perda significativa da população das comunidades rurais interioranas dos pequenos municípios e baixa taxa de absorção pelos empreendimentos urbanos. Por causa disso, seis dos treze municípios apresentam, ao mesmo tempo, taxas de crescimento populacional negativa e os maiores índices de pobreza do estado. Por fim, grande parte dos agricultores familiares excluídos do processo de desenvolvimento econômico do Planalto Catarinense é de origem cabocla. Muitos membros dessas famílias dedicam parte do seu tempo de trabalho a atividades sazonais fora dos estabelecimentos agrícolas, a exemplo de atividades ligadas aos reflorestamentos da região.

1.1.2. Características demográficas

A Figura 1, a seguir, apresenta a localização geográfica do Território no estado e dos municípios no interior do Território. Os treze municípios que constituem o Território do Planalto Catarinense abrangem uma área total de 6.294 Km², o que representa 6,6% da superfície de Santa Catarina. Em 2000, sua população era de 115.630 habitantes (2,16% da população estadual), passando para 122.119 em 2010 (1,97% da população estadual). Enquanto Santa Catarina registrou um crescimento populacional de 15,4%, a população do Território cresceu somente 5,6% no período intercensitário 2000-2010.

Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 apresentados na Tabela 1, abaixo, o Território possui uma Densidade Demográfica (DD) de 19,4 hab./Km², bem inferior aos 64,8 hab./Km² do estado e próximo da DD do país (21,7%). As duas maiores densidades demográficas verificam-se em Monte Carlo (57,2 hab./km²) e Curitiba (39,5 hab./Km²). Todos os demais municípios têm DD inferiores a 20 hab./Km², sendo a menor delas de 8 hab./Km² registrada no município de Vargem.

Figura 1: Localização geográfica dos municípios no Território



Além disso, seis municípios, todos com população inferior a três mil habitantes, apresentaram crescimento populacional negativo no período de 2000 e 2010. Esses municípios constituem uma faixa que divide o território em duas partes, tendo de um lado Campos Novos e, de outro, Curitibanos. Os municípios de Frei Rogério (-17%), Brunópolis (-14,5%) e Vargem (-12,9%) foram os que registraram as maiores taxas de decréscimo populacional.

Dos treze municípios, apenas quatro possuem mais de cinco mil habitantes: Curitibanos (37.628), Campos Novos (32.816), Santa Cecília (15.634) e Monte Carlo (9.312). Esses municípios concentram 78,1% do total da população do Território, sendo que Curitibanos e Campos Novos exercem o papel de municípios pólos e, não por acaso, são sedes das duas SDR existentes no Território. Juntos concentram 57,7% da população total do Território, mas principalmente os serviços essenciais à população. Dentre os municípios com população inferior a cinco mil habitantes, Ibiaram tem a menor população (1.945 hab.).

Tabela 1 – Municípios do Território Planalto Catarinense, população total, urbana e rural e percentual de população urbana e rural

População por Município	2000					Variação %	2007	Variação %	2010	Variação %	Área	D.D.
	Urbana	%	Rural	%	Total	2000-2007	Total	2007-2010	Total	2000-2010	(km2)	2010
Abdon Batista	713	25,7	2.062	74,3	2.775	-1,8	2.726	-2,7	2.653	-4,4	236	11,3
Brunópolis	707	21,2	2.624	78,8	3.331	-11,9	2.934	-3,0	2.847	-14,5	336	8,5
Campos Novos	22.556	78,5	6.173	21,5	28.729	-1,0	28.447	15,4	32.816	14,2	1.660	19,8
Celso Ramos	638	22,4	2.206	77,6	2.844	-6,1	2.671	3,6	2.767	-2,7	207	13,3
Curitibanos	32.438	90,0	3.623	10,0	36.061	4,0	37.493	0,4	37.628	4,3	952	39,5
Frei Rogério	487	16,4	2.484	83,6	2.971	-10,6	2.655	-7,2	2.465	-17,0	158	15,6
Ibiam	501	25,6	1.454	74,4	1.955	1,6	1.987	-2,1	1.945	-0,5	147	13,2
Monte Carlo	7.305	85,1	1.274	14,9	8.579	3,2	8.854	5,2	9.312	8,5	163	57,2
Ponte Alta do Norte	2.338	72,6	883	27,4	3.221	8,7	3.500	-5,6	3.303	2,5	401	8,2
Santa Cecília	11.617	78,5	3.185	21,5	14.802	3,4	15.311	2,1	15.634	5,6	1.145	13,7
São Cristovão do Sul	2.719	60,4	1.785	39,6	4.504	7,7	4.850	2,1	4.950	9,9	349	14,2
Vargem	651	20,2	2.574	79,8	3.225	-3,6	3.110	-9,7	2.808	-12,9	350	8,0
Zortéa	2.053	78,0	580	22,0	2.633	8,9	2.868	4,3	2.991	13,6	190	15,7
Total: Território	84.723	73,3	30.907	26,7	115.630	1,5	117.406	4,0	122.119	5,6	6.294	19,4
Total: SC	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3	5.356.360	9,5	5.866.252	5,3	6.178.603	15,4	95.346	64,8
Total: Região Sul	20.321.999	80,9	4.785.617	19,1	25.107.616	6,5	26.733.595	1,1	27.022.098	7,6	577.214	46,8
Total: Brasil	137.953.959	81,2	31.845.211	18,8	169.799.170	8,4	183.987.291	0,9	185.712.713	9,4	8.547.404	21,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010, e Contagem da População 2007

Tanto os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010, quanto os da Contagem da População de 2007 não fornecem informações relativas à divisão rural e urbana da população. Em 2000, o percentual da população que vivia nos perímetros considerados urbanos desses municípios pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era da ordem de 73,3%. Já a população rural correspondia a 26,7% do total da população, somando 30.907 pessoas. No entanto, pelos critérios de ruralidade adotados pelo MDA/SDT, todos são considerados rurais, pois possuem população e densidades demográficas inferiores, respectivamente, a 50 mil habitantes e a 80 hab./Km².

1.1.3. Características do Tecido Sociocultural

O Censo Agropecuário de 2006 revela que a presença da agricultura familiar é expressiva no Território. Do total de 6.692 estabelecimentos agropecuários levantados, 5.337 são familiares, representando 79,8% do total. Esse índice encontra-se, no entanto, cerca de 7% abaixo do valor registrado no estado, que é de 87% de estabelecimentos familiares. A incidência de estabelecimentos agropecuários não-familiares no Território é relativamente elevada (20,2%), estando acima dos valores registrados no estado (13%) e no Brasil (15,6%), o que pode ser explicado pelo processo histórico de ocupação das terras apresentado anteriormente. A agricultura familiar do Território se dedica a uma produção diversificada com destaque para a produção de feijão, milho, leite, fumo e hortifrutigranjeiros.

A partir do final da década de 1980, por iniciativa da luta desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram implantados assentamentos de famílias de agricultores em diversas regiões do estado de Santa Catarina, que possui, atualmente, 5.859 famílias assentadas. No território existem quinze assentamentos, com um total de 511 famílias, o que corresponde 8,7% do total de famílias assentadas no estado. A Tabela 2, a seguir, apresenta o número de assentamentos e de famílias assentadas por município do Território. Dos treze municípios, oito possuem assentamentos com destaque para Campos Novos e Curitibanos, que abrigam, respectivamente, 252 (cinco assentamentos) e 123 (três assentamentos) famílias de agricultores assentadas.

A grande maioria dessas famílias tem origem da região oeste do estado. O choque cultural e as grandes diferenças de solo, clima e atividades agropecuárias foram inevitáveis. Porém, aos poucos, as famílias assentadas estão se adaptando à nova realidade e vencendo dificuldades. Os assentamentos do Território ainda se debatem com a busca de uma matriz econômica que viabilize as unidades produtivas. Atividades como a produção leiteira e produção agroecológica (cereais, hortaliças e frutas) se destacam neste cenário, bem como as formas de organização social nos assentamentos, que recorrem com maior frequência ao associativismo e cooperativismo em comparação às demais comunidades rurais. Assim, os assentamentos significam, antes de tudo, um novo protagonismo socioeconômico e político na região.

Tabela 2 - Assentamentos da Reforma Agrária Localizados no Território Planalto Catarinense e Total de Famílias por Assentamento

Município	Nº de Assentamentos	Famílias Assentadas
Abdon Batista	1	8
Campos Novos	5	252
Celso Ramos	1	11
Curitibanos	3	123
Monte Carlo	1	8
Santa Cecília	2	77
Vargem	1	30
Zortéa	1	2
Território	15	511
Santa Catarina	146	5.859

Fonte: MDA/INCRA/SIR (2007).

No Território não há população indígena que habitam em reservas específicas, mas grupos de famílias de índios acampam, com frequência, nas margens das rodovias e em áreas urbanas para comercializar seus artesanatos vindos de outras regiões do estado.

O território possui em torno de 810 famílias de agricultores familiares que têm a pesca artesanal como forma complementar de renda, além de destinar parte do pescado para autoconsumo. Essas famílias residem nos municípios de Abdon Batista e Celso Ramos nas proximidades de lago da barragem de Campos Novos. As maiores dificuldades enfrentadas por essas famílias são a falta de organização e a diminuição anual dos estoques pesqueiros resultado, sobretudo, da sobrepesca associada a problemas ambientais decorrentes dos elevados índices de desmatamentos e uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de manejo intensivo.

Nos últimos anos, uma comunidade rural de afro-descendentes obteve a Certidão de Reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como sendo comunidade quilombola. A comunidade da Invernada dos Negros ocupa uma área de 8 mil hectares distribuídos entre os municípios de Campos Novos, Abdon Batista e Cerro Negro (município do Território Serra Catarinense) e abriga cerca de 150 pessoas de 34 famílias de descendentes de ex-escravos. Os membros desta comunidade se autodenominam de “morenos”.

A ocupação da "Invernada dos Negros", por volta da segunda metade do século XVIII, teve início, segundo relatos de moradores locais, a partir da doação de terras feita pelo fazendeiro Matheus José de Souza Oliveira a seus ex-escravos - entre eles Manuel, Margarida, Damásia e Francisco. Assim, através das uniões matrimoniais entre herdeiros, núcleos familiares distintos se formaram e se estabeleceram em diferentes áreas: os “Caripuna” ocuparam a região do Arroio; os “Souza” se instalaram próximos ao pé de Cedro; os “Fernandes” acima do Arroio e na Corredeira. Esta divisão era apenas em função das moradias, pois a circulação no interior da área doada sempre foi de uso comum para caçar, criar ou plantar.

Progressivamente, a terra herdada foi sendo reduzida, pois várias áreas foram invadidas e destinadas a plantações de *pinus* e *eucalyptus*. A expansão do cemitério ficou comprometida porque a área foi circundada pelo plantio dessas espécies. Assim as unidades socioeconômicas categorizadas pelos moradores da “Invernada dos Negros” como a “terra de morar” (área onde se localiza a casa ou cabana), a “terra de plantar” (para o preparo da lavoura, mais distante da casa), a “terra de criar” (destinada à criação de galinhas, porcos, ovelhas e cavalos, mais próxima da casa), enfim o conjunto conhecido como o “terreno” (lugar de ocupação, produção e reprodução da família e seus descendentes), teve suas áreas reduzidas.

A religiosidade dos moradores da “Invernada dos Negros” se manifesta, sobretudo, nas festas em homenagem a Nossa Senhora Aparecida e a Nossa Senhora de Fátima. Uma referência recorrente nos relatos dos moradores locais diz respeito à passagem do monge João Maria⁴, em 1862, pelo Rio Cambará situado nas terras da “Invernada dos Negros”. Segundo as profecias do monge, a

⁴ O Monge João Maria exerceu uma importante influência espiritual entre as famílias de origem cabocla, sendo mais tarde sucedido pelo Monge José Maria, que foi o primeiro e mais importante líder das famílias caboclas que protagonizaram a Guerra do Contestado. José Maria morreu em combate nos campos do Irani em 1912, dando início a uma Guerra sangrenta do Estado brasileiro contra moradores da região, que lutavam contra a sua expulsão e exploração das terras e matas por empresas Colonizadoras.

área em questão seria invadida por “teias de aranha”, “gafanhotos de metal” e se cobriria de “luto”. Na atualidade, essas previsões são interpretadas como sendo as cercas de arame, as serras manuais e elétricas e o asfalto. A instalação da Empresa de Papel e Celulose Iguaçu representou para os moradores dessa comunidade o convívio com as tentativas de invasões ilícitas das suas terras.

Além da Invernada dos Negros, na Linha Moraes localizada no município de Monte Carlo foi criado um grupo chamado de Renascença Cabocla, que procura resgatar os costumes e tradições das famílias de origem cabocla. No espaço entre os municípios de Monte Carlo, Frei Rogério e Fraiburgo (município pertencente ao Território Alto Vale do Rio do Peixe) famílias de agricultores caboclos procuram resgatar a cultura típica dessa etnia. A “Recomenda” foi resgatada pelo grupo de Recomendadores de Taquaruçú, localidade onde existiu um importante reduto caboclo durante a Guerra do Contestado. Entre o grupo de integrantes da Renascença Cabocla, vários se dizem descendentes de famílias que lutaram nessa Guerra.

1.1.4. Situação da Saúde

A realidade da saúde da população do Território pode ser aferida através da análise de um conjunto de indicadores. Um deles se refere ao número de leitos hospitalares relacionado com a população total. A Tabela 3, a seguir, apresenta a distribuição do número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios de saúde no conjunto dos municípios do Território.

Segundo Ministério da Saúde, o parâmetro aceitável para o número de leitos hospitalares deve ser, no mínimo, de 2,5 a 3 leitos/1.000 habitantes e de 4 a 10 % de leitos hospitalares em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI). Com uma população total de 122.119 habitantes em 2010, o mínimo de leitos hospitalares do Território seria 366/1000 habitantes. Dessa forma, os 433 leitos distribuídos em quatro hospitais estão acima do mínimo recomendado pelo Ministério. Mesmo com a desativação do hospital localizado em Monte Carlo, o Território continua acima dos padrões considerados básicos pelo Ministério. Nesta versão do Plano não foi possível apurar os leitos em UTI.

A existência de uma maioria de municípios sem hospitais não significa um grave problema, pois as distâncias aos municípios pólos são relativamente pequenas. As condições de acesso aos serviços podem variar muito, dependendo

do município e do local de moradia. Para os moradores de áreas rurais, muitas vezes, as distâncias até os serviços de saúde e a baixa capacidade técnica e profissional presente nos postos de saúde são desvantagens em comparação com a população residente nos perímetros urbanos.

Tabela 3 – Número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios em 2006

Município	Número de hospitais	Número de leitos	Postos e ambulatórios de saúde públicos
Abdon Batista	0	0	1
Brunópolis	0	0	2
Campos Novos	1	190	13
Celso Ramos	0	0	2
Curitibanos	1	139	9
Frei Rogério	0	0	1
Ibiam	0	0	1
Monte Carlo*	1	17	4
Ponte Alta do Norte	0	0	1
Santa Cecília	1	87	2
São Cristóvão do Sul	0	0	1
Vargem	0	0	1
Zortéa	0	0	1
Total do Território	4	433	39

FONTE: IBGE (2006). *Hospital desativado.

Os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde representam um grande avanço em termos de atenção básica à população. Segundo a Secretaria de saúde de Campos Novos, esses programas estão, no entanto, enfrentando sérias dificuldades operacionais devido à legislação que dificulta a contratação de profissionais e à insuficiência de recursos financeiros repassados pelo Governo Federal.

Além disso, a Tabela 4, a seguir, demonstra que a situação do saneamento básico nos municípios do Território é, no mínimo, preocupante. O que mais se destaca é a alta percentagem de esgoto a céu aberto na maioria dos municípios. Essa situação pode estar associada à incidência de doenças relacionadas à falta de saneamento básico. Sabe-se, por exemplo, que o Planalto Catarinense apresenta elevados índices de contaminação humana por cisticercose, decorrente da tradição de criar porcos soltos associada aos problemas de saneamento básico. Os municípios de Vargem, Celso Ramos e Brunópolis são os que apresentam maiores índices de esgoto sanitário a céu aberto.

Tabela 4 - Percentual de domicílios e o tipo de esgotamento sanitário (Águas servidas) para o Território

Município	% de tipo de esgotamento sanitário		
	Rede	Fossa	Céu aberto
Campos Novos	59,22	38,18	2,60
Ibiam	20,10	75,39	4,51
Brunópolis	1,47	71,61	26,92
Monte Carlo	32,95	59,21	7,84
Vargem	0,13	59,39	47,47
Celso Ramos	10,29	62,23	26,98
Zortéa	0,46	98,52	1,03
Abdon Batista	0,26	90,57	9,17
Curitibanos	5,42	78,1	16,57
Frei Rogério	0,8	84,86	14,34
Santa Cecília	-	-	-
Ponte Alta do Norte	52,57	39,85	7,58
São Cristovão do Sul	0,76	79,53	19,71

Fonte: SIAB (2005), CASAN, SAMAE (2005).

Essa situação revela, também, a possibilidade de contaminação do lençol freático e águas superficiais, além de consequências negativas para o meio ambiente. Além disso, a maior parte do esgoto canalizado em rede não tem tratamento adequado, sendo lançado em rios e córregos que cortam os centros urbanos. De um modo geral, os indicadores de saneamento do Território estão na média do estado, que apresenta uma estrutura considerada precária em relação aos demais estados da União. Fora dos perímetros urbanos dos municípios inexistem uma política de saneamento específica. Isso associado ao uso crescente de produtos industrializados, em especial de agrotóxicos, aos efluentes domésticos e, sobretudo, aos dejetos de criações intensivas de animais não tratados tem-se nesse estado elevado índices de poluição das chamadas águas superficiais. Nessa área, a Epagri por meio do projeto Microbacias 2, em parceria com as prefeituras e associações de Microbacias, vem desenvolvendo programas de saneamento no meio rural para diminuir esses problemas.

1.1.5. Situação da Educação

Na área da educação, os indicadores do ensino fundamental e do ensino médio, medidos pelo número de estabelecimentos, matrículas e professores a cada 1000 habitantes, revelam que o Território, em 2007, dispunha de uma estrutura igual ou superior à média estadual. O transporte escolar representa um grande desafio para as prefeituras com área e população rural significativa. O município de

Campos Novos, por exemplo, transporta diariamente 2.500 alunos, o que exige uma frota de dezenove ônibus, três micro-ônibus e 25 vans. Essa frota percorre em torno de 4.900 km/dia. Já Curitiba e Santa Cecília transportam, respectivamente, 2.275 e 1.418 alunos diariamente.

Os municípios do Território são bem servidos com escolas desde as séries iniciais até o ensino profissionalizante, com destaque para os municípios pólos, que possuem instalações mais adequadas. As escolas multisseriadas⁵ não só ainda são usuais no Território, como ganharam importância em muitas comunidades rurais. Recentemente, o Governo Federal criou o programa “Escola Ativa”, que trabalha na formação de professores e disponibiliza materiais didáticos específicos para essa modalidade de ensino.

A partir dos anos 90, as políticas de escola-pólo e de transporte escolar criaram uma nova perspectiva para o ensino no meio rural. As prefeituras implantaram escolas-pólo com ensino fundamental completo estrategicamente localizadas, absorvendo escolas multisseriadas do entorno. Rapidamente, um grande número de alunos do meio rural passou a ter a oportunidade de completar o primeiro grau, sem ter que sair da casa paterna e sem custos de estadia. Com isso houve um acréscimo no número de matrículas nos estabelecimentos de segundo grau, cuja demanda exigiu do Estado a criação de novos estabelecimentos.

Outro aspecto a ser destacado é o esforço das prefeituras dos municípios do Território em propiciar novas alternativas de ensino profissionalizante de 2º grau. No Território, apenas três municípios possuem uma instituição de ensino técnico profissionalizante. Por meio da participação no programa federal Escola Técnica Aberta do Brasil, uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação fruto da parceria entre a Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, essa defasagem territorial pode ser contornada. O objetivo é levar cursos técnicos na modalidade de educação à distância para regiões carentes de instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio com uma formação profissional que os capacite a ingressar no mundo do trabalho.

⁵ Escolas onde são ministradas aulas, na maioria das vezes por uma única professora, para estudantes de várias séries do ensino fundamental.

Em relação ao ensino superior, o Programa de Expansão das Universidades Federais do Brasil (REUNI) criou no Território o Campus Universitário de Curitiba, uma extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir de 2012 está previsto a instalação de cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Rurais. No vestibular de dezembro de 2010 pretende-se selecionar alunos para o Curso de Ciências Rurais que, por sua vez, constitui-se no primeiro ciclo de um modelo de ensino superior caracterizado pela formação profissional continuada (ciclo básico seguido do ciclo profissionalizante). Com isso, busca-se assegurar a todos os egressos do Curso de Ciências Rurais a oportunidade de avançar nos estudos do segundo ciclo de caráter profissionalizante. Ao todo serão disponibilizadas 200 vagas, sendo 100 para o primeiro semestre e outras 100 para o segundo semestre de 2011.

Apesar de uma infraestrutura em educação considerada razoável, o analfabetismo no território atingia 23.998 pessoas da população acima de 7 anos em 2000. Isso representava 20,44%, taxa superior à verificada no estado que era de 15,29%. A faixa etária de mais de 25 anos (12,8%) é a que apresenta maior percentual de analfabetos no Território, estando 5,4% acima do índice de analfabetos do estado nessa parcela da população (7,5%). Já a faixa etária dos 15 aos 17 anos apresenta melhores índices no Território (1,20%) quando comparada com a taxa estadual (2,75%). A Tabela 5, abaixo, apresenta o percentual de analfabetos no ano de 2000 no Território Planalto Catarinense por faixa etária.

Os municípios com maior número de pessoas analfabetas eram Curitiba com 7.780 pessoas (20,7%), Campos Novos com 6.398 pessoas (22,5%) e Santa Cecília com 3.780 pessoas (24,7%). Em valores relativos destacam-se, no entanto, os municípios de Monte Carlo (30,8%), Ponte Alta do Norte (30,1%), Brunópolis (27,8%) e Santa Cecília (24,7%). Já as menores taxas de analfabetos encontravam em Zortéa (11,2%) e Frei Rogério (12,9%). Com o propósito de reduzir o índice de analfabetismo, os municípios estão aderindo ao Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal - Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com resultados avaliados como positivos por gestores públicos territoriais ligados às instituições de ensino. Porém, o EJA concentra-se nas cidades, sendo sua expansão para a área rural ainda restrita, decorrente da necessidade de transporte, não contemplado até o momento pelo Programa.

Tabela 5 – Percentual de analfabetos por município e faixa etária no Território

Município	Percentual de Analfabetos (2000)				TOTAL
	07 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos acima	
Abdon Batista	1,75	0,39	1,28	10,06	13,48
Brunópolis	4,66	1,03	3,69	18,76	27,84
Campos Novos	3,94	3,83	3,63	11,09	22,49
Celso Ramos	3,51	0,84	2,58	11,56	18,49
Curitibanos	5,46	1,70	2,38	11,22	20,75
Frei Rogério	1,89	0,48	0,83	9,73	12,93
Ibiam	2,41	0,49	1,51	10,66	15,07
Monte Carlo	6,32	1,42	5,45	17,63	30,82
Ponte Alta do Norte	5,39	1,64	4,86	18,23	30,12
Santa Cecília	4,46	2,24	4,21	13,78	24,69
São Cristóvão do Sul	4,97	0,63	2,66	14,40	22,66
Vargem	3,57	0,45	2,02	11,77	17,81
Zortéa	2,08	0,40	0,69	8,08	11,25
Média do Estado	3,49	2,75	1,60	7,45	15,29
Média do Território	3,88	1,20	2,52	12,84	20,44

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

1.2 Dimensão Ambiental

1.1.1 Características geoambientais

O Planalto Catarinense é um território que está compreendido na faixa de clima temperado constantemente úmido, sem estação seca, com verão fresco, apresentando uma grande diversidade na sua paisagem. A cobertura florestal é formada por espécies arbóreas e herbáceas de campos com capões, florestas ciliares e bosques de pinheiros (Araucária), com predominâncias de ervais. Grande parte da cobertura florestal original foi substituída por pastagens, frutíferas, lavouras temporárias e reflorestamentos comerciais com espécies exóticas. As características climáticas ligadas a invernos rigorosos possibilitam os cultivos de frutas de clima temperado como maçã e frutas de caroço. Podem ocorrer, em média, de 12 a 22 geadas por ano. Os valores de horas de frio abaixo ou iguais a 7,2°C variam de 437 a 642 horas acumuladas por ano.

Com a recente construção de uma hidrelétrica em Campos Novos existe a preocupação que ocorram mudanças climáticas num perímetro do seu entorno. Dados climáticos históricos dos municípios atingidos pelo lago da Enercan (Campos Novos Energia S.A) revelam que não houve alteração da precipitação, em decorrência da presença do reservatório. Uma leve alteração na temperatura foi observada, no período de pós-enchimento. Em Campos Novos e Celso Ramos, houve um aumento da temperatura mínima e ligeira diminuição da temperatura máxima, em re-

lação a período de pré-enchimento. O padrão regional de clima predominante, no período de pós-enchimento, resultou em baixos volumes de precipitação, nos meses de verão, outono e inverno, e em temperaturas máximas e mínimas acima da média histórica. As conseqüências dessas alterações climáticas nos ciclos agrícolas da região ainda não foram avaliados.

Segundo Carpanezzi *et al* (1988), o Território do Planalto Catarinense faz parte da Região Bioclimática 1, que se caracteriza por sua grande extensão, compreendendo solos provenientes do derrame basáltico e de sedimentação. Os locais originados do derrame basáltico ocupam grande parcela das áreas a oeste da Serra Geral catarinense até a Região do Extremo Oeste. Devido à complexidade de sua formação geológica e a ação climática, há uma diversidade de tipos de solos presentes na área do Território. Porém a maioria deles caracteriza-se por ter profundidade média, de baixa a média fertilidade natural, com carência acentuada de fósforo.

A característica edafológica é predominantemente argilosa, com solos mais avermelhados e mais pobres em matéria orgânica na porção oeste, de menor altitude e de clima mais quente; nos locais de clima mais frio, os solos são mais escuros, amarelados e mais ricos em matéria orgânica. A porção sedimentar contribuiu com vários materiais na formação dos solos, desde o material arenoso até o argiloso e seu relevo varia de montanhoso até o suave ondulado. Nas proximidades ao basalto sobre o arenito ocorrem solos de textura mediana e até afloramentos rochosos. A elevada presença de solos ácidos e pedregosos explica, em parte, a difusão de reflorestamento com espécies exóticas pouco exigentes em fertilidade dos solos. Essa utilização é uma opção econômica para uns e preocupação ambiental para outros, uma vez que as plantações homogêneas de *pinnus spp* e *eucalyptus spp* aumentam a pressão sobre os ecossistemas nativos, que haviam resistido aos cultivos anuais por conta da inaptidão desses solos (CARDOSO, 2004).

De acordo com Estudos Básicos Regionais de Santa Catarina da Epagri (2005), a área compreendida do Território Planalto Catarinense era, originalmente, ocupada em sua maior parte pela Floresta de Araucária, seguida pela Savana e Floresta Estacional Decidual (Mata Caducifólia). A araucária cumpre papel fundamental no aspecto florestal do planalto. A expansão da fronteira agrícola e da exploração madeireira reduziu de forma acentuada as áreas com remanescentes. No

início do século as araucárias dominavam cerca de 25% da área do Sul do Brasil, estando hoje reduzida a 3% da superfície da região.

É possível observar, nos ambientes ainda preservados, a imponência da araucária sobre a copa de outras árvores, das quais se destacam principalmente espécies como canela-lajeana (*Ocotea pulchella*), canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*) e, em particular, a imbuia (*Ocotea porosa*), ao lado dos camboatás (*Matayba elaeagnoides*), da sapopema (*Sloanea lasiocoma*), da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), da bracatinga e tantas outras arbóreas, arbustivas e herbáceas características do planalto.

As áreas de campos do Planalto, também conhecidos como Região da Savana, ocorrem em parte dos municípios de Campos Novos, Zortéa, Vargem, Curitiba, Ponte Alta do Norte e Santa Cecília. Existe uma relativa disputa pela ocupação dessas áreas entre sua vocação histórica com a bovinocultura de corte e os reflorestamentos comerciais.

O Território está inserido em sua quase totalidade na Bacia Hidrográfica do Rio Canoas (Figura 2), exceto o município de Ibiam, que pertence à Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, e partes dos municípios de Celso Ramos e Abdon Batista, cujas águas escoam para a Bacia Hidrográfica do Rio Pelotas. A Tabela 6, a seguir, mostra os principais cursos d'água que cortam o Território.

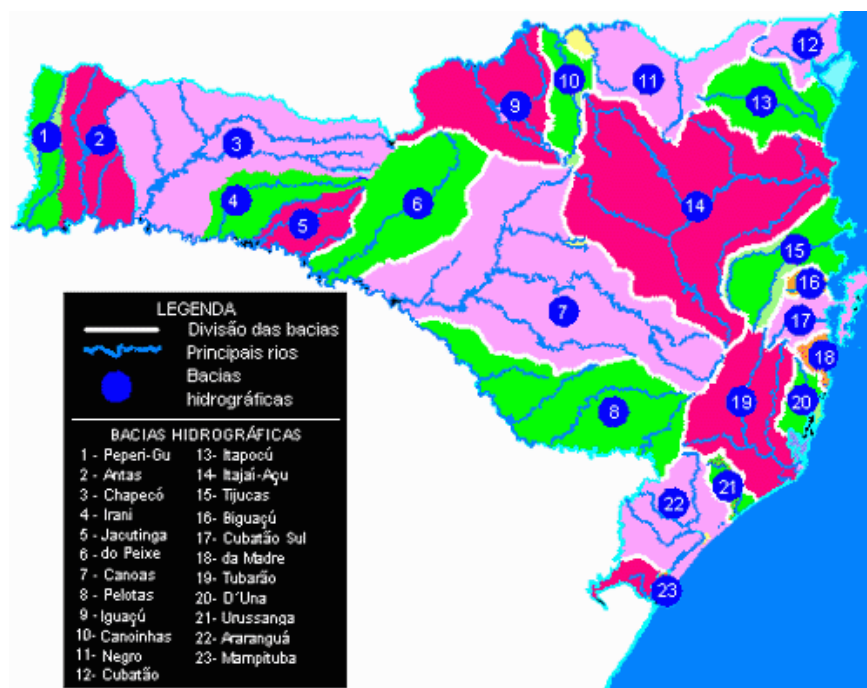
Tabela 6 - Características dos principais rios que cortam o Território

Cursos d'Água	Comprimento (km) *		Área de Drenagem (km ²) *	
	Total	Região	Total	Região
Rio Canoas	567	139	15.012	2.400
Rio Pelotas	543	167	7.268	750
Rio do Peixe	292	40	5.123	250

Fonte: SDM - Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Santa Catarina (2007). * Dados Aproximados.

Todos os cursos d'água estão direcionados para o interior do continente, conformando a chamada Vertente do Interior. Estas águas pertencem a Bacia do Rio Uruguai, o qual “nasce” do encontro das águas do Rio Canoas e do Rio Pelotas, duas importantes bacias do estado de Santa Catarina, que ocorre no interior do Território, mais precisamente no município de Campos Novos.

Figura 2 - Bacias hidrográficas que pertencem ao Território



Fonte: - Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina - Diagnóstico Geral; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM- Secretaria de Recursos Hídricos - S.R.H. / M.M.A.

Atualmente, estas duas bacias hidrográficas estão recebendo empreendimentos de grande porte no setor energético, especialmente no rio Canoas, onde estão instaladas duas grandes usinas hidrelétricas: a usina Barra Grande em municípios do Território da Serra Catarinense e a Usina de Campos Novos nos municípios de Campos Novos, Celso Ramos, Abdon Batista e Anita Garibaldi. Essas hidrelétricas são controladas por capital privado e a energia gerada é direcionada para a subestação da Eletrosul localizada no município de Campos Novos. A Usina Hidrelétrica de Campos Novos possui três unidades geradoras, que entraram em operação ao longo de 2007.

1.1.2 Processos Territoriais de Gestão Ambiental

Este item não foi suficientemente elaborado nesta versão do Plano, devendo ser objeto de aprofundamento na continuidade do processo de planejamento do desenvolvimento territorial sustentável. A análise deve contemplar as principais iniciativas de gestão ambiental existentes no Território, a exemplo de Unidades de Conservação, a presença e forma de atuação de ONG ambientalistas, Consórcios intermunicipais, Comitês de Bacias Hidrográficas, Fóruns de Agenda 21, ações no campo da agroecologia e agricultura orgânica, e demais intervenções relevantes no

que se refere à preservação ambiental. Esse diagnóstico dos processos territoriais de gestão ambiental deve contemplar tanto as medidas de caráter público e da sociedade, quanto da iniciativa privada.

A título de exemplo, entre as ações de compensação ambiental desenvolvidas pela empresa Enercan encontram-se alguns programas de preservação ambiental: i) plantio de 240 mil mudas de espécies arbóreas nativas na Área de Preservação Permanente (APP); ii) implantação de um viveiro de espécies florestais dotado de espaço de visitação pública para que as escolas da região desenvolvam trabalhos de educação ambiental; iii) recuperação de áreas degradadas e, iv) monitoramento e conservação da flora e fauna local.

Outro aspecto que precisa ser estudado com profundidade está relacionado às atividades florestais existentes no Território, tanto no que se refere às potencialidades de recursos territoriais específicos, quanto aos impactos socioambientais negativos provocados pelos reflorestamentos com monocultivos de espécies exóticas. No primeiro aspecto (recursos territoriais específicos), as áreas com remanescentes de araucária do Território representam importante estoque de conservação da biodiversidade, que pode ser explorado para fins de pesquisa, visitação turística e comercialização do pinhão, produto típico da região. No segundo aspecto (impactos negativos), os reflorestamentos afetam a paisagem típica da região, pressionam o mercado de terras, dificultando o acesso à terra de agricultores familiares, e as relações de trabalho nessa atividade, quase sempre, não condizem com a legislação trabalhista.

Por fim, conforme mencionado anteriormente, os impactos ambientais e sociais das hidrelétricas já construídas e das projetadas devem ser objeto de análise do Conselho Territorial. Tem-se aqui um vasto campo de debate que inclui, dentre outros aspectos, a utilização dos royalties gerados por esses empreendimentos de grande porte. Outra área correlacionada ao meio ambiente que o Território tem carência é a estrutura de saneamento básico, que provoca tanto danos ambientais, quanto para a saúde da população.

1.3 Dimensão socioeconômica

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁶ mostra que o território tem um índice considerado médio (0,770), mas inferior ao índice do estado (0,822). Nenhum dos treze municípios tem IDH-M maior ou igual ao índice catarinense. O município de Ibiom detém o maior índice (0,81), seguido por Zortéa (0,80) e Campos Novos (0,79). Nenhum município do Planalto Catarinense possui IDH baixo (<0,50), estando todos acima de 0,7.

O componente que mais influi negativamente no valor do IDH-M da maioria dos municípios do Território é o quesito renda, com média de (0,65). Com relação a este sub-índice, Curitiba é o município melhor colocado (0,70), seguido de Campos Novos (0,69) e Ibiom (0,691). O IDH-Educação é o componente mais elevado do Território, sendo considerado alto (0,85). Já o IDH-Longevidade ficou em 0,80. A Tabela 7, a seguir, indica a média do IDH-M referente ao ano de 2000 no Território.

Com respeito à evolução dos sub-índices do IDH de 1991 a 2000, os dados revelam que o Território elevou todos os indicadores, sendo o IDH educação o que mais cresceu (15,29%), seguido pela renda (10,77%) e pela longevidade (8,75%). Em média, o IDH do Planalto Catarinense cresceu 13%. Com relação à renda per capita do território, observou-se que entre 1991 e 2000 ocorreu um crescimento na ordem de 66,20%, justificando, em parte, o crescimento do IDH renda observado anteriormente. Todos os municípios do Território apresentaram esta elevação.

No entanto, utilizando-se da análise do índice de Gini⁷, esse aumento de renda per capita média não foi acompanhado por um processo de distribuição de renda, uma vez que dez municípios registraram elevação do índice, dois mantiveram o mesmo valor de 1991 e somente um reduziu a concentração de renda (Tabela 8).

⁶ “O IDH é um índice criado no início da década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade (reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, sendo medida pela esperança de vida ao nascer); a educação (medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior) e renda (medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região” (RACE, 2005).

⁷ O Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda, sendo melhor a distribuição de renda.

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano no Território

Município	GINI – Renda*	IDHM*	IDHM – Educação*	IDHM – Longevidade*	IDHM – Renda*
Abdon Batista	0,50	0,77	0,87	0,82	0,63
Brunópolis	0,54	0,74	0,80	0,82	0,60
Campos Novos	0,58	0,79	0,87	0,82	0,69
Celso Ramos	0,51	0,76	0,85	0,82	0,61
Curitibanos	0,57	0,77	0,86	0,75	0,70
Frei Rogério	0,55	0,74	0,87	0,72	0,63
Ibiam	0,52	0,81	0,88	0,85	0,69
Monte Carlo	0,51	0,73	0,82	0,77	0,62
Ponte Alta do Norte	0,53	0,75	0,84	0,77	0,65
Santa Cecília	0,54	0,75	0,83	0,77	0,64
São Cristóvão do Sul	0,50	0,76	0,84	0,82	0,63
Vargem	0,54	0,77	0,83	0,82	0,65
Zortéa	0,45	0,80	0,91	0,82	0,67
Território	0,53	0,76	0,85	0,80	0,65

Fonte: <http://sit.mda.gov.br/avancada.php?menu=avancada>

*Atlas de Desenvolvimento Humano Brasileiro (2000).

Tabela 8 – Variação do Índice de Gini de 1991 a 2000 no Território

Municípios	Índice de Gini	
	1991	2000
Abdon Batista	0.47	0.50
Brunópolis	0.48	0.54
Campos Novos	0.57	0.58
Celso Ramos	0.57	0.51
Curitibanos	0.55	0.57
Frei Rogério	0.53	0.55
Ibiam	0.52	0.52
Monte Carlo	0.47	0.51
Ponte Alta do Norte	0.51	0.53
Santa Cecília	0.53	0.54
São Cristóvão do Sul	0.50	0.50
Vargem	0.51	0.54
Zortéa	0.44	0.45
VALOR MÉDIO	0.51	0.53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

Já a análise dos indicadores de pobreza e de indigência (Tabela 9) demonstra que de 1991 a 2000 houve forte redução nas porcentagens de pobres e de indigentes do território (redução média de 26% e 30%, respectivamente). No

entanto, o mesmo não ocorreu com a intensidade da pobreza e da indigência. A intensidade de pobres apresentou pequena queda (-10%) a de indigência elevação de 16,23%, ou seja, apesar do menor número de pobres houve agravamento na situação de indigência.

Analisando a porcentagem de pobreza, se observa que os municípios de Zortéa (21,0%), Ibiã (26,1%) e Campos Novos (29,4%) são os que apresentam menores índices, contrastando com os municípios de Brunópolis (47,5), Frei Rogério (41,2%) e Abdon Batista (40,4%) com maiores níveis de pobreza no Território. Já os municípios de Vargem (-49,8%) e Ibiã (-49,3%) se destacam por registrar as maiores variações de redução da pobreza no período compreendido entre 1991 a 2000.

Tabela 9 – Percentual de Indigentes e Pobres e Intensidade da Indigência e Pobreza no Território

Municípios	% de indigentes 2000	% de Variação desde 1991	% de pobres 2000	% de Variação desde 1991	Intensidade da pobreza 2000	% de Variação desde 1991	Intensidade da indigência 2000	% de Variação desde 1991
Abdon Batista	14,0	- 46,5	40,4	- 22,8	39,7	- 12,7	34,8	2,3
Brunópolis	23,1	- 33,8	47,5	- 30,9	47,9	- 0,8	42,1	13,8
Campos Novos	13,0	- 20,3	29,4	- 34,2	48,4	14,4	61,2	64,0
Celso Ramos	14,3	- 63,7	39,6	- 40,6	40,7	- 22,2	35,7	- 9,3
Curitibanos	12,0	- 10,7	26,9	- 36,1	42,7	3,8	38,1	- 9,7
Frei Rogério	16,6	- 6,6	41,2	- 12,6	41,1	- 7,0	26,5	- 20,7
Ibiã	6,9	- 73,0	26,1	- 49,3	36,3	- 22,4	33,5	- 3,5
Monte Carlo	14,4	12,4	38,6	- 9,8	40,4	7,0	39,7	10,8
P. Alta do Norte	14,5	- 23,3	38,6	- 18,3	39,3	- 8,6	37,8	19,4
Santa Cecília	11,9	- 27,2	35,5	- 16,9	37,1	- 8,4	35,9	10,6
São Cristóvão Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Vargem	10,9	- 69,2	34,7	- 49,8	38,6	- 21,4	30,3	- 17,1
Zortéa	6,6	- 5,0	21,0	- 17,0	36,7	1,9	43,4	29,7
VALOR MÉDIO	12,2	- 30,1	32,3	- 26,0	37,7	-10,1	35,3	16,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

*Não constam os dados de São Cristóvão do Sul.

Em relação estritamente à economia do Território, os municípios de Campos Novos e Curitibanos apresentam os maiores Produtos Internos Brutos (PIB)⁸ em relação aos demais, respectivamente R\$525.040,00 e R\$431.530,00. Nos dois municípios, o setor de serviços se evidencia com participação acima da casa de

⁸ O PIB “a preços de mercado mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescido dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o PIB é igual a soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual a soma das rendas primárias” (IBGE, 2000, 07).

R\$240.000,00. O maior PIB industrial é o de Curitiba, enquanto o PIB da agropecuária é liderado por Campos Novos. Dos treze municípios do Território, seis –Campos Novos, Curitiba, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte e Monte Carlo- não apresentam o setor agropecuário como a principal fonte monetária do PIB. Os outros sete municípios têm sua economia fortemente dependente desse setor (Tabela 10).

Apesar das diferenças marcantes dos valores totais dos PIB municipais, variando de R\$20.850,00 em Ibiama a R\$525.040,00 em Campos Novos (25 vezes), quando se analisa o PIB per capita percebe-se que as diferenças intermunicipais vão de R\$8.670,00 em Monte Carlo a R\$18.460,00 em Campos Novos (2,1 vezes). Além disso, Campos Novos representa uma exceção, pois todos os demais municípios estão bem abaixo desse valor. O PIB per capita territorial está na casa de R\$12.800,00.

Tabela 10 – Produto Interno Bruto dos municípios do Território

Municípios	Produto Interno Bruto dos Municípios do Território (em mil R\$)					
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB a Preços correntes	Per capita
Abdon Batista	12,24	1,670	9,78	0,55	24,25	8,890
Brunópolis	16,02	1,75	11,76	0,93	30,46	10,38
Campos Novos	126,90	89,25	262,74	46,16	525,04	18,46
Celso Ramos	11,47	2,05	10,95	0,76	25,23	9,44
Curitiba	50,77	102,30	244,46	34,00	431,53	11,51
Frei Rogério	13,77	2,42	10,33	1,20	27,72	10,44
Ibiama	8,27	3,71	7,97	0,90	20,85	10,49
Monte Carlo	23,52	15,77	34,20	3,31	76,80	8,67
Ponte Alta do Norte	18,67	7,39	20,03	2,37	48,47	13,85
Santa Cecília	29,80	63,91	72,90	11,90	178,50	11,66
São Cristóvão do Sul	10,37	15,96	21,62	4,52	52,47	10,82
Vargem	15,94	7,34	11,19	1,32	35,80	11,51
Zortéa	9,05	2,002	13,21	1,47	25,74	8,97
TOTAL	346,79	315,56	731,13	109,39	1.502,87	12,8

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2007).

Na sequência procura-se destacar as principais características dos setores econômicos do Território. Apesar da prioridade deste Plano se voltar para o setor agropecuário e, em especial, para os segmentos sociais da agricultura familiar entende-se que o diagnóstico territorial deve contemplar os setores da indústria e de comércio e serviços, procurando compreender as conexões intersetoriais. Nesta

versão do Plano não foi possível analisar com maior profundidade esses dois setores (indústria e comércio-serviço), mas uma melhor leitura deverá ser efetuada na continuidade do processo de planejamento com o propósito de identificar possíveis embriões de Arranjos Produtivos Localizados (APL) e segmentos carentes de intervenções, bem como potencialidades do Território em determinados ramos industriais ou de comércio e serviços. Sabe-se de antemão que o ramo industrial de madeira e papel-celulose tem uma forte presença neste Território, representando um dos seis principais pólos industriais do estado (Raud, 1999). A dinâmica desse ramo industrial tem reflexos diretos na agricultura, seja por pressões sobre o mercado de terras, seja pela oferta de postos de trabalho sazonal ocupado, em maior ou menor grau, por membros de famílias de agricultores.

1.1.3 Análise dos Setores Industrial e de Comércio e Serviços

O estudo do Sebrae (2010) divide os setores de atividades econômicas dos municípios de Santa Catarina em três categorias: tradicionais, emergentes e com tendência de expansão. Os critérios utilizados para essa classificação são o Valor Adicionado Fiscal (VAF) em 2007 e os números de empresas e de empregos em 2008. Dos treze municípios do Território, nove apresentam somente setores tradicionais, com destaque para o comércio varejista de diversas modalidades, atividades de apoio à produção florestal, desdobramento de madeira, fabricação de produtos de madeira exceto móveis, fabricação de celulose, pastas para fabricação de papel, transporte rodoviário de carga e produção de lavouras permanentes e atividades pecuárias.

Os outros quatro municípios, dois apresentam setores emergentes e com tendência de expansão –Campos Novos e Santa Cecília- e dois apenas setores emergentes – Curitiba e São Cristovão do Sul. Com exceção de Campos Novos, que possui quatro empresas especializadas em “Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais” e oito em “Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico”, nos demais municípios as atividades com tendência de expansão ou consideradas emergentes se distribuem em diferentes tipos de comércios. Em nenhum desses casos pode-se afirmar que um APL encontra-se em processo de estruturação.

No entanto, a análise preliminar do setor tradicional revela nitidamente uma concentração de empresas ligadas a atividades diversas relacionadas ao ramo de madeira e papel-celulose. Essas empresas encontram-se localizadas com maior intensidade na parte nordeste do Território, com destaque para os municípios de Santa Cecília e Curitiba. A Tabela 11, a seguir, apresenta os números de empresas e de empregos do conjunto de grupos de atividades econômicas ligadas à produção florestal e seus derivados presentes nos cinco municípios com maior expressão nessa área. Nesse agrupamento de empresas não se computou as empresas ligadas ao “Transporte rodoviário de carga”, que certamente estão associadas ao transporte dos produtos desse segmento de atividade. Nos cinco municípios existem 413 empresas e 6.160 empregos ligados a atividades correlatas à madeira e papel-celulose, além de outras 195 empresas e 361 empregos ligados ao setor de transporte de carga.

Nesse possível embrião de APL da madeira e papel-celulose maiores investigações precisam ser feitas para que se possa pensar em possíveis projetos estratégicos de desenvolvimento territorial sustentável. É bem possível que exista uma incidência de trabalhadores rurais implicados com atividades nas áreas de reflorestamentos (plantio, desgalhe, corte...), que vivem em condições de pobreza, e que se submetem a condições de trabalho precário. Muitos desses trabalhadores têm vínculos com famílias de agricultores. Essa situação é merecedora de um acompanhamento da parte dos Ministérios Público e do Trabalho. Além disso, o Colegiado Territorial pode desempenhar um papel pró-ativo nesse domínio.

Tabela 11 – Principais municípios e números de empresas e empregos ligados à produção florestal e seus derivados

Municípios	Quantidade	
	Empresa	Emprego
Santa Cecília	132	2.591
Curitiba	104	1.607
Monte Carlo	68	1.137
Ponte Alta do Norte	55	381
São Cristovão do Sul	54	444
Total	413	6.160

Fonte: Sebrae (2010).

Sabe-se, também, que a expansão da área plantada de *pinus*, além de não respeitar nenhum zoneamento predefinido, compete no mercado de terras com a

agricultura familiar. Ou seja, tem-se aqui um campo fértil de intervenção e, sobretudo, de negociação com o universo empresarial. A título de exemplo, em algumas regiões onde a demanda por trabalho sazonal é elevada, a opção por organizar condomínios de empregadores, de um lado, e cooperativas de trabalho, de outro, revelou-se bastante promissora.

Por fim, outra área do universo do setor de serviços que merece ser avaliada é o sistema financeiro, uma vez que a sua conformação reflete diretamente na maior ou menor inclusão dos segmentos rurais empobrecidos e, conseqüentemente, o acesso ou não a políticas públicas de créditos subvencionados, como é o caso do Pronaf, e de microcrédito. A Tabela 12, a seguir, revela uma profunda deficiência do Território nessa área. A exemplo do que acontece no Sistema Financeiro Nacional, no Território existe uma forte concentração de agências bancárias nos municípios mais urbanizados –Curitibanos e Campos Novos- e uma ausência quase completa nos municípios com características rurais. Ao todo são quinze agências bancárias presentes em apenas cinco municípios, sendo que onze agências encontram-se em Curitibanos e Campos Novos. Os demais municípios são atendidos por correspondentes bancários e caixas eletrônicos.

Como destacam Cazella e Búrigo (2010), os correspondentes bancários são uma inovação brasileira que vem chamando a atenção de analistas de diversas partes do mundo pela capacidade de ampliação dos pontos de atendimento. Porém, esses pontos de atendimentos financeiros não estabelecem uma relação de proximidade entre o agente financeiro e os atores sociais. Ou seja, não fortalece vínculos nem cria compromissos mútuos entre as pessoas físicas e jurídicas e os sistemas financeiros de uma região. Um sistema financeiro territorial deve promover as finanças de proximidade: as organizações financeiras e o seu público devem apresentar um elevado grau de aproximação, que não é somente geográfico, mas administrativo, cultural e político.

Além disso, nem o cooperativismo de crédito apresenta uma maior intervenção no Território, embora esteja presente em três municípios: Abdon Batista, Curitibanos e Campos Novos. Neste diagnóstico não foi possível, no entanto, levantar os eventuais Postos de Atendimentos Cooperativos (PAC) presentes nos demais municípios, mas tudo indica que vários municípios apresentam uma carência muito grande, também, nessa área. Ainda segundo o estudo do Sebrae (2010), nenhum município do Território possui Agência de

Microcrédito habilitadas a acessar recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO)⁹

Tabela 12: Número de agências bancárias, Cooperativas de Crédito e Agências de Microcrédito nos Municípios do Território (out/2009)

Município	Ag. Bancária	Cooperativa de Crédito	Ag. Microcrédito
Abdon Batista	1	1	-
Brunópolis	-	-	-
Campos Novos	4	1	-
Celso Ramos	1	-	-
Curitibanos	7	1	-
Frei Rogério	-	-	-
Ibiam	-	-	-
Monte Carlo	-	-	-
Ponte Alta do Norte	-	-	-
Santa Cecília	2	-	-
São Cristóvão do Sul	-	-	-
Vargem	-	-	-
Zortéa	-	-	-

Fonte: Sebrae (2010).

Dois sistemas de cooperativas de crédito têm atuação na área do Território: o Sicoob e a Cresol-Central. O Sicoob possui duas agências -Campos Novos e Abdon Batista-, sendo que a cooperativa de crédito localizada em Campos Novos (Credicampos) atende vários municípios da região, contando com aproximadamente 30 mil associados, dos quais quase a metade são agricultores familiares. A cooperativa de crédito localizada em Abdon Batista é um excelente exemplo de que esse tipo de organização financeira pode ser viável mesmo quando localizada em pequenos municípios rurais. Já a Cresol tem sua sede em Curitibanos e conta com aproximadamente 4 mil associados, sendo todos do universo da agricultura familiar. Estes sistemas de crédito cooperativo desempenham importante papel na oferta de recursos para os agricultores, como Pronaf custeio e investimento, microcrédito (BNDES), além de cumprirem um papel relevante para o desenvolvimento territorial sustentável que é a coleta e organização da poupança dos associados. A Tabela acima reflete a existência de um campo de intervenção nessa área no interior

⁹ O PNMPO foi instituído pelo governo federal em 2004 com o objetivo de prover recursos às organizações que operam com o microcrédito. As verbas são oriundas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos depósitos compulsórios (exigibilidade bancária). Os recursos do PNMPO são disponibilizados apenas para organizações que se comprometam a adotar uma metodologia de atuação apropriada junto aos beneficiários prevista nas normas do Programa.

do Território, seja criando novas cooperativas de crédito, seja aumentando o número de PAC das cooperativas já existentes. Além disso, as operações de microcrédito do PNMPO representam uma exceção, via a cooperativa de crédito de Curitiba, e evidencia outro domínio estratégico passível de intervenção do Colegiado Territorial.

1.1.4 Análise do Setor Agropecuário

1.1.4.1 Estrutura Fundiária

O processo de ocupação das terras determinou a atual estrutura fundiária do Território. A Tabela 13, a seguir, demonstra que de um total de 6.692 estabelecimentos agropecuários, 5.337 (79,8%) são familiares e 1.335 (20,2%) são patronais. Essa proporção de estabelecimentos não-familiares encontra-se acima da verificada no estado (13%) e no Brasil (15,5%). Os municípios com maior incidência desse tipo de estabelecimentos coincidem com aqueles discutidos no tópico anterior, onde predomina atividades ligadas ao reflorestamento, embora as fazendas pecuárias também estejam presentes: São Cristovão do Sul (38%), Ponte Alta do Norte (36,7%), Santa Cecília (34,7%) e Curitiba (28%). Os únicos municípios que se encontram fora desse continuum, mas que também registram elevados índices de agricultura patronal são Zortéa (31,2%) e Campos Novos (23,8%). Os demais estão ou próximos da média do país ou da média estadual.

Em relação à proporção de área ocupada pelos estabelecimentos rurais não-familiares se percebe, também, que o Território apresenta uma concentração de terras (77,5%) quase 20% acima do verificado no estado (56,2%) e próximo do encontrado no Brasil (75,7%). Três municípios que conformam uma área contínua –São Cristovão do Sul, Ponte Alta do Norte e Santa Cecília- têm uma concentração de terras em estabelecimentos não-familiares próxima ou acima da casa dos 90%, indicando um reduto de grandes explorações completamente diferente do restante do Território. Com isso, pode-se afirmar que, em se tratando da presença da agricultura patronal e da concentração de terras, o Território do Planalto Catarinense apresenta características bem distintas das existentes no restante do estado.

O município com maior presença de agricultores familiares é Campos Novos com 1.102 estabelecimentos, seguido por Curitiba com 778, Abdon Batista com

639, Celso Ramos com 622 e Vargem com 565 estabelecimentos. Quando se analisa a estrutura fundiária por estrato de área, a Tabela 14¹⁰, a seguir, indica a existência de 1.804 (27%) estabelecimentos com áreas inferiores a 10 ha no Território. Embora seja uma incidência inferior à verificada no estado (35,8%) é preciso levar em consideração que no planalto catarinense as condições climáticas e de qualidade dos solos exigem módulos maiores para a sobrevivência de uma família de agricultor. Assim, esses estabelecimentos somados a outros 137 classificados como “sem área” pelo Censo Agropecuário do IBGE representam um total de quase 2.000 estabelecimentos do Território (29%), que possivelmente vivem em condições de pobreza e merecem, portanto, uma atenção especial do Colegiado Territorial.

Os agricultores familiares desses estabelecimentos vivem, portanto, em unidades de produção agropecuárias com áreas insuficientes para garantir a subsistência do grupo familiar. A maioria complementa sua renda através de relações de parceria ou trabalhos sazonais, como colheitas diversas em outros estabelecimentos da região. As características dos solos ocupados pelos minifúndios, pouco profundos e de baixa fertilidade natural, tornam ainda mais difícil a obtenção de rendimentos que assegurem a sobrevivência da família exclusivamente das atividades exercidas no estabelecimento. Vale lembrar que muitas dessas áreas são cultivadas há mais de 100 anos sem descanso e, muitas vezes, com manejo inadequado, apresentando completo esgotamento e degradação dos solos.

¹⁰ As informações das Tabelas 14 e 15 não permitem a separação dos estabelecimentos entre familiares e não-familiares.

Tabela 13 - Total de Estabelecimentos, Área e Percentuais de Agricultura Familiar e Patronal no Território										
Município	Total		Estabelecimentos				Área			
			Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	Qtd	Área	Qtd	%	Qtd	%	Área	%	Área	%
Abdon Batista	726	20.441	636	87,6	90	12,4	11.845	57,9	8.596	42,1
Brunópolis	396	18.149	339	85,6	57	14,4	5.257	29,0	12.892	71,0
Campos Novos	1.447	124.186	1.102	76,2	345	23,8	24.868	20,0	99.318	80,0
Celso Ramos	671	14.489	622	92,7	49	7,3	10.194	70,4	4.295	29,6
Curitibanos	1.080	86.549	778	72,0	302	28,0	15.808	18,3	70.741	81,7
Frei Rogério	361	10.602	307	85,0	54	15,0	6.084	57,4	4.518	42,6
Ibiam	359	8.603	324	90,3	35	9,7	5.970	69,4	2.633	30,6
Monte Carlo	165	7.258	148	89,7	17	10,3	2.634	36,3	4.624	63,7
Ponte Alta do Norte	128	30.145	81	63,3	47	36,7	2.294	7,6	27.851	92,4
Santa Cecília	326	84.107	213	65,3	113	34,7	6.117	7,3	77.990	92,7
São Cristovão do Sul	166	26.450	103	62,0	63	38,0	2.908	11,0	23.542	89,0
Vargem	694	30.348	565	81,4	129	18,6	9.139	30,1	21.209	69,9
Zortéa	173	10.307	119	68,8	54	31,2	2.945	28,6	7.362	71,4
Território Planalto Catarinense	6.692	471.634	5.337	79,8	1.355	20,2	106.063	22,5	365.571	77,5
Santa Catarina	193.663	6.040.134	168.544	87,0	25.119	13,0	2.645.088	43,8	3.395.047	56,2
Sul	1.006.181	41.526.157	849.997	84,5	156.184	15,5	13.066.591	31,5	28.459.566	68,5
Brasil	5.175.489	329.941.393	4.367.902	84,4	807.587	15,6	80.250.453	24,3	249.690.940	75,7

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Tabela 14 - Número de Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total do Território

Município	Total	Produtor sem área		Até 10ha		De 10 a 50ha		De 50 a 100ha		De 100 a 500ha		Mais de 500ha	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Abdon Batista	726	35	4,8	227	31,3	390	53,7	53	7,3	19	2,6	2	0,3
Brunópolis	396	3	0,8	174	43,9	142	35,9	34	8,6	39	9,8	4	1,0
Campos Novos	1.447	9	0,6	249	17,2	787	54,4	158	10,9	187	12,9	57	3,9
Celso Ramos	671	5	0,7	279	41,6	333	49,6	34	5,1	19	2,8	1	0,1
Curitibanos	1.080	16	1,5	252	23,3	510	47,2	114	10,6	161	14,9	27	2,5
Frei Rogério	361	-	0,0	118	32,7	195	54,0	31	8,6	16	4,4	1	0,3
Ibiam	359	4	1,1	96	26,7	230	64,1	22	6,1	6	1,7	1	0,3
Monte Carlo	165	1	0,6	64	38,8	73	44,2	15	9,1	11	6,7	1	0,6
Ponte Alta do Norte	128	3	2,3	23	18,0	37	28,9	24	18,8	31	24,2	10	7,8
Santa Cecília	326	2	0,6	38	11,7	147	45,1	41	12,6	62	19,0	36	11,0
São Cristovão do Sul	166	-	0,0	22	13,3	73	44,0	20	12,0	43	25,9	8	4,8
Vargem	694	59	8,5	222	32,0	312	45,0	53	7,6	37	5,3	11	1,6
Zortéa	173	-	0,0	40	23,1	76	43,9	24	13,9	31	17,9	2	1,2
Território Planalto Catarinense	6.692	137	2,0	1.804	27,0	3.305	49,4	623	9,3	662	9,9	161	2,4
Santa Catarina	193.663	4.122	2,1	69.390	35,8	101.721	52,5	10.723	5,5	6.513	3,4	1.194	0,6
Sul	1.006.181	19.811	2,0	406.481	40,4	457.050	45,4	58.406	5,8	52.316	5,2	12.117	1,2
Brasil	5.175.489	255.024	4,9	2.477.071	47,9	1.580.703	30,5	390.874	7,6	371.114	7,2	100.703	1,9

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Tabela 15 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor no Território									
Município	Total Geral	Proprietário	Não Proprietário						Total ¹¹
			Total	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Sem Área	
Abdon Batista	726	607	84	1	52	8	23	35	118
Brunópolis	396	365	28	-	9	1	18	3	31
Campos Novos	1.447	1.288	150	35	70	11	34	9	124
Celso Ramos	671	600	66	13	29	9	15	5	58
Curitibanos	1.080	866	198	47	87	26	38	16	167
Frei Rogério	361	279	82	13	30	5	34	-	69
Ibiam	359	328	27	-	14	1	12	4	31
Monte Carlo	165	135	29	7	11	6	5	1	23
Ponte Alta do Norte	128	121	4	-	1	1	2	3	7
Santa Cecília	326	267	57	33	3	5	16	2	26
São Cristovão do Sul	166	158	8	-	3	3	2	-	8
Vargem	694	494	141	11	41	39	50	59	189
Zortéa	173	165	8	-	5	-	3	-	8
Território Planalto Catarinense	6.692	5.673	882	160	355	115	252	137	859
Santa Catarina	193.663	170.908	18.633	2.651	7.085	2.151	6.746	4.122	20.104
Sul	1.006.181	839.670	146.700	22.279	59.476	19.546	45.399	19.811	144.232
Brasil	5.175.489	3.946.276	974.189	189.191	230.110	142.531	412.357	255.024	1.040.022

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

¹¹ Neste Total não foi incluído os agricultores "Assentados sem titulação definida", pois nesses casos a demanda é pela titulação das terras, enquanto nos demais a prioridade reside em beneficiá-los com políticas de acesso à terra (reforma agrária ou crédito fundiário).

A pluriatividade agrícola, entendida como a estratégia de reprodução social de famílias de agricultores por meio da obtenção de renda com trabalhos fora do seu estabelecimento, é característica da região. De longa data, uma parcela mais pobre do meio rural do Território sobrevive vendendo sua força de trabalho, em certos períodos do ano, em atividades ligadas às colheitas de maçã, feijão e alho, além de trabalhos diversos em reflorestamentos. Assim, nas áreas rurais de praticamente todos os municípios existem famílias que sobrevivem do trabalho para terceiros, muitas vezes, em estabelecimentos de agricultores familiares melhores inseridos nos mercados.

Além desse contingente de quase dois mil estabelecimentos, outros 3.305 (49,4%) possuem áreas no estrato de 10 a 50 ha e, também, configuram, parcela prioritária da política de desenvolvimento territorial do MDA/SDT. Nesses casos, o recurso à pluriatividade agrícola, possivelmente, também se faz presente. Nas duas situações, o acesso às linhas de crédito do Pronaf merece ser acompanhado no sentido de verificar se a maior parte dos agricultores familiares está tendo acesso a esse Programa.

A Tabela 15, acima, revela a existência de 859 estabelecimentos agropecuários no Território (12,8%) geridos por agricultores não-proprietários (arrendatários, parceiros, ocupantes e sem área). Em valores relativos, o Território encontra-se pouco acima do verificado no estado (10,4%). Embora não se possa afirmar que todos sejam familiares, muito possivelmente a maioria faz parte dessa categoria social. As famílias de agricultores não-proprietários de terras representam o público prioritário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Nesse sentido, os municípios do Território com maior incidência desses tipos de estabelecimentos e que deveriam ser priorizados por essa política são Vargem com 189, Curitibanos com 167, Campos Novos com 124, Abdon Batista com 118 e Frei Rogério com 69 estabelecimentos agropecuários de agricultores não-proprietários.

1.1.4.2 Principais atividades agropecuárias

O Território Planalto Catarinense se destaca nas culturas da soja, milho, feijão, alho, trigo, cebola e fumo. Essas culturas juntas somam 98,5% do valor da produção de lavouras temporárias existentes no Território. O destaque entre os

municípios em relação ao valor total produzido é Campos Novos, que não por acaso é denominado município celeiro do estado. A Tabela 16, abaixo, apresenta o valor da produção da lavoura temporária por municípios do Território.

Em relação às lavouras de feijão e fumo, cultivos típicos da agricultura familiar, percebe-se que a primeira ocupa uma área de 28.360 ha, estando presente em todos os municípios, com destaque para Curitibanos com 6.700 ha. Já o fumo abrange uma área de 965 ha e apenas três municípios não produzem (Santa Cecília, São Cristovão do Sul e Zortéa). Os municípios com áreas maiores plantadas são Abdon Batista (313 ha) e Ibiam (122 ha).

Cabe menção, também, aos cultivos de alho e cebola no Território, que apresentam altas produtividades e ocupam áreas menores, quando comparadas às culturas tradicionais. No caso do alho, 76% do total produzido em Santa Catarina são procedentes do Território. Dos treze municípios, oito cultivam alho, sendo Curitibanos o pioneiro e o que detém a maior área plantada (650 ha) seguido por Frei Rogério (250 ha). Já a cebola está presente na ampla maioria dos municípios, somente Zortéa não registrou cultivo em 2009, e os destaques também ficam para Curitibanos e Frei Rogério em termos de área plantada. A Tabela 17, abaixo, apresenta as áreas plantadas com as principais lavouras temporárias.

No que se refere às lavouras permanentes, as frutas de clima temperado apresentam-se como uma importante opção para o Planalto catarinense. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal de 2009, os cultivos de maçã estão presentes, sobretudo, em Monte Carlo, Santa Cecília e Campos Novos. Os pomares com uva ocupam pequenas áreas de dez municípios e os de pêssago de oito municípios do Território. Neste diagnóstico não foi possível efetuar uma avaliação qualitativa junto com profissionais da Epagri sobre as possibilidades de expansão dos cultivos de frutas de clima temperado no Território, devendo ser outro aspecto a ser aprofundado, dado a potencialidade da agricultura familiar nesses cultivos.

Tabela 16 - Valor da Produção da Lavoura Temporária do Território (Mil Reais)

Município	Total	Soja		Milho		Feijão		Alho		Trigo		Cebola		Fumo	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Território Planalto Catarinense	329.873	97.585	29,6	91.920	27,9	48.704	14,8	38.191	11,6	23.515	7,1	16.289	4,9	8.500	2,6
Abdon Batista	13.954	4.754	34,1	4.687	33,6	1.524	10,9	-	-	16	0,1	28	0,2	2.731	19,6
Brunópolis	16.759	7.020	41,9	4.957	29,6	1.800	10,7	2.250	13,4	345	2,1	184	1,1	90	0,5
Campos Novos	151.664	60.612	40,0	44.208	29,1	23.020	15,2	2.240	1,5	17.400	11,5	864	0,6	601	0,4
Celso Ramos	8.872	327	3,7	5.893	66,4	1.046	11,8	-	-	-	-	336	3,8	860	9,7
Curitibanos	71.222	10.080	14,2	13.482	18,9	12.060	16,9	24.000	33,7	1.551	2,2	8.750	12,3	572	0,8
Frei Rogério	24.750	1.286	5,2	4.590	18,5	4.200	17,0	9.000	36,4	460	1,9	3.600	14,5	768	3,1
Ibiam	4.885	252	5,2	3.159	64,7	257	5,3	-	-	41	0,8	25	0,5	1.151	23,6
Monte Carlo	7.169	921	12,8	1.728	24,1	891	12,4	290	4,0	378	5,3	2.415	33,7	517	7,2
Ponte Alta do Norte	907	409	45,1	292	32,2	63	6,9	81	8,9	-	-	28	3,1	20	2,2
Santa Cecília	3.163	1.271	40,2	1.008	31,9	480	15,2	90	2,8	256	8,1	38	1,2	-	-
São Cristovão do Sul	1.921	270	14,1	1.087	56,6	318	16,6	240	12,5	-	-	6	0,3	-	-
Vargem	9.947	1.701	17,1	3.736	37,6	2.474	24,9	-	-	800	8,0	15	0,2	1.190	12,0
Zortéa	14.660	8.682	59,2	3.093	21,1	571	3,9	-	-	2.268	15,5	-	-	-	-

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2009.

Tabela 17 - Área Plantada com Lavoura Temporária do Território

Município	Total	Soja		Milho		Feijão		Trigo		Alho		Cebola		Fumo	
		Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Território Planalto Catarinense	163.975	56.330	34,4	51.530	31,4	28.360	17,3	23.348	14,2	1.100	0,7	1.029	0,6	965	0,6
Abdon Batista	6.648	2.450	36,9	2.800	42,1	1.000	15,0	15	0,2	-	-	5	0,1	313	4,7
Brunópolis	8.780	3.900	44,4	2.700	30,8	1.500	17,1	500	5,7	100	1,1	15	0,2	10	0,1
Campos Novos	87.028	34.000	39,1	22.000	25,3	12.450	14,3	17.500	20,1	80	0,1	120	0,1	68	0,1
Celso Ramos	7.265	300	4,1	5.200	71,6	1.450	20,0	-	-	-	-	60	0,8	99	1,4
Curitibanos	22.472	6.000	26,7	7.000	31,1	6.700	29,8	1.500	6,7	650	2,9	500	2,2	66	0,3
Frei Rogério	6.333	800	12,6	2.500	39,5	2.000	31,6	400	6,3	250	3,9	200	3,2	88	1,4
Ibiam	2.575	150	5,8	1.950	75,7	300	11,7	50	1,9	-	-	3	0,1	122	4,7
Monte Carlo	2.816	470	16,7	1.200	42,6	600	21,3	350	12,4	10	0,4	115	4,1	59	2,1
Ponte Alta do Norte	508	240	47,2	180	35,4	80	15,7	-	-	2	0,4	2	0,4	2	0,4
Santa Cecília	2.244	1.100	49,0	700	31,2	200	8,9	233	10,4	2	0,1	5	0,2	-	-
São Cristovão do Sul	1.207	200	16,6	800	66,3	200	16,6	-	-	6	0,5	1	0,1	-	-
Vargem	6.668	1.500	22,5	2.500	37,5	1.700	25,5	800	12,0	-	-	3	0,0	138	2,1

Zortéa	9.431	5.220	55,3	2.000	21,2	180	1,9	2.000	21,2	-	-	-	-	-	-
--------	-------	-------	------	-------	------	-----	-----	-------	------	---	---	---	---	---	---

Fontes: Produção Agrícola Municipal 2009.

A produção de madeira em tora para as indústrias de papel e celulose está presente em praticamente todos os municípios, exceto Zortéa. Com um total de pouco mais de 1 milhão de m³ e um valor de produção de R\$54,5 milhões, os cultivos de *pinus* representam, conforme visto no tópico sobre o setor industrial, um elo importante do suposto APL de madeira e papel-celulose existente na região. Em valores de produção, os destaques ficam para os municípios de Santa Cecília, Campos Novos, Ponte Alta do Norte e Monte Carlo, conforme demonstra abaixo a Tabela 18. A produção de madeira e o valor gerado no Território são, no entanto, superiores aos apresentados nesta tabela, já que uma parcela é destinada para serrarias e não para as indústrias de papel e celulose.

Tabela 18- Madeira em Tora para Papel e Celulose: Quantidade Produzida e Valor da Produção

Município	Qtd (m3)	Valor (R\$)
Abdon Batista	23.000	1.265.000
Brunópolis	40.000	2.000.000
Campos Novos	306.600	6.863.000
Celso Ramos	17.600	968.000
Curitibanos	40.000	2.000.000
Frei Rogério	3.000	150.000
Ibiam	2.050	92.000
Monte Carlo	113.800	5.690.000
Ponte Alta do Norte	130.000	6.500.000
Santa Cecília	290.000	14.500.000
São Cristovão do Sul	55.000	2.750.000
Vargem	31.800	1.781.000
Zortéa	-	-
Total	1.052.850	54.559.000

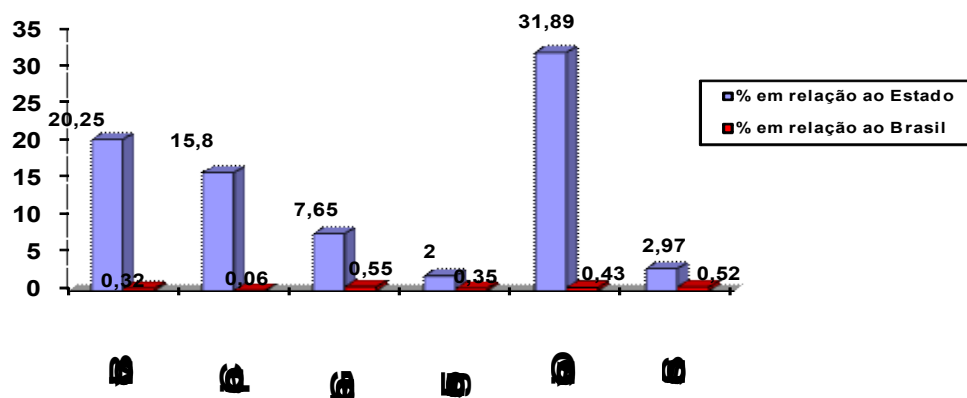
Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008.

A produção animal é outra atividade bastante expressiva no Planalto Catarinense. Em relação ao estado de Santa Catarina, o Território participa com 20,65% da produção de bovinos, 15,8% da produção de caprinos, 7,65% da produção de galinhas e 31,89% da produção de ovinos do estado. As produções de frangos e suínos são menos significativas: frangos 2% e suínos 2,97% (Figura 3).

Os sistemas de produção presentes no Território podem ser agrupados em três categorias: sistema pastoril convencional; sistema de lavoura empresarial e sistema de pecuária familiar. Ao mesmo tempo em que existem grandes propriedades especializadas em produção animal, há uma predominância de

pequenas propriedades que utilizam basicamente mão-de-obra familiar e que se dedicam, também, à pecuária.

Figura 3 - Participação em 2004 do Território no número de cabeças dos principais rebanhos comerciais em relação ao Estado e ao Brasil



A pecuária leiteira é um setor de grande relevância para a economia do Território. Dados do IBGE de 2008 apontam a produção de 36.439 mil litros e um valor total de R\$21.461 mil reais no Território. Todos os municípios participam nessa atividade, mas Campos Novos se destaca com 21.014 mil litros, quase 58% do total. Essa produção explica o surgimento de várias micro-usinas, pequenas cooperativas e associações de agricultores, com o objetivo de viabilizar a produção leiteira dos agricultores familiares, com destaque para os agricultores assentamentos. Neste sentido várias organizações e entidades fomentam a produção de leite à base de pasto por meio do sistema de pastoreio rotativo.

1.1.4.3 Organizações e Serviços de Apoio à Agricultura Familiar no Território

Os assentamentos da reforma agrária imprimiram uma dinâmica original com a criação de estruturas cooperativas próprias. A primeira iniciativa foi a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro (Copagro), em Campos Novos, no ano de 1990. Atualmente, trinta famílias do Assentamento 30 de Outubro produzem de forma coletiva. Por iniciativa dos agricultores assentamentos no Território foi constituída também a Cooperativa Regional da Região do Contestado (Coopercontestado), que abrange todos os municípios do Território Planalto Catarinense e atua, principalmente, na coleta de leite a granel, fabricação de derivados de leite e empacotamento de feijão.

Muitos agricultores familiares não assentados também têm se organizado, inicialmente, por meio de associações, que avançaram para formas de cooperativas. Merecem destaque nessa direção as Cooperativas Coplasc e Coopernostra, cujas atuações e resultados precisam ser contemplados quando se efetuar uma nova revisão deste Plano. Duas outras iniciativas relevantes são a Associação dos Remanescentes do Quilombo da Invernada dos Negros, que surgiu com o objetivo de lutar pela terra e pelo reconhecimento de seus direitos, e o grupo Renascença Cabocla da Linha Moraes, localizada no município de Monte Carlo, que procura resgatar os costumes e tradições das famílias de origem cabocla.

No campo da representação política quatro organizações, sendo duas sindicais e dois movimentos sociais, atuam no Território: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc/Contag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Nos últimos anos, a Fetaesc está se re-estruturando na região criando, inicialmente, a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Planalto Sul (Astrasul). Sua atuação está concentrada nos municípios de Campos Novos, Vargem, Celso Ramos, Brunópolis, Monte Carlo, Curitibanos, Frei Rogério, São Cristovão do Sul, Ponte Alta do Norte e Santa Cecília. O Município de Ibiam pertence à Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Vale do Rio do Peixe e o STR do município de Zortéa é uma extensão de base do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Capinzal, que participa da Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Joaçaba.

Na base sindical do Território, a Fetaesc tem em torno de três mil famílias de agricultores associadas. Sua atuação se dá fundamentalmente no fomento de políticas agrícolas de habitação, crédito, assistência técnica e extensão rural. Junto à juventude rural desenvolve trabalhos de formação nas áreas do associativismo, cooperativismo e modelo tecnológico para a agricultura familiar.

A Fetraf, por sua vez, tem uma atuação mais restrita, estando presente no município de Abdon Batista por meio de uma extensão de base do seu sindicato de Anita Garibaldi. Já o MST atua nos quinze assentamentos, que somam 511 famílias assentadas. Embora nem todas façam parte desse Movimento acabam se beneficiando indiretamente das pressões políticas que essa organização efetua junto ao Estado, visando garantir políticas públicas específicas para os agricultores

beneficiados pela reforma agrária. A atuação do MAB se deu de forma mais intensa na fase de negociação das indenizações das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica de Campos Novos.

Com relação à prestação de serviços na área de assistência técnica e extensão rural pode-se destacar o trabalho desenvolvido pela Epagri, presente em todos os municípios. Além disso, a Epagri mantém um centro de treinamento, localizado no município de Campos Novos, que dispõe de salas de aula e unidades didáticas equipadas para a realização de atividades de formação, com refeitório e alojamento para participantes de eventos de formação. Após a criação de dois Territórios na região da serra catarinense, a Epagri assumiu um papel de protagonista no Colegiado Territorial do Planalto Catarinense.

Além dessa instituição do governo do estado tem-se o trabalho de organizações não-governamentais, cooperativas de prestação de serviços técnicos e as equipes técnicas mantidas pelas próprias cooperativas agropecuárias. Apesar dos trabalhos dessas instituições no campo da extensão rural e assistência técnica, as ações ainda são insuficientes para o atendimento de todas as demandas dos diferentes tipos de agricultores familiares do Território.

Com relação à participação das mulheres no processo de discussão acerca do desenvolvimento territorial constata-se uma baixa participação. Essa situação é reflexo do que ocorre nas organizações sindicais, cooperativas e associativas da agricultura familiar. A presença de mulheres agricultoras nos seus quadros dirigentes, bem como nos grupos de base onde se dão as definições das políticas de produção, comercialização e desenvolvimento econômico e social dessas entidades é ainda muito frágil. A incorporação da perspectiva de gênero nas organizações da agricultura familiar representa ainda um desafio a ser suplantado pela política de desenvolvimento territorial.

Percebe-se, no entanto, que as associações, cooperativas e organizações comunitárias estão se fortalecendo ao participar das atividades do Território, sentindo-se progressivamente mais responsáveis pelos rumos do desenvolvimento territorial. Como a todo o momento novos atores estão se integrando, estes ainda não têm muita clareza de seu papel nesse processo, visto a necessidade de um maior tempo para que compreendam o modo de funcionamento dessa política. As entidades que participam há mais tempo têm conseguido aprovar seus projetos por deter

mais conhecimentos e informações sobre os procedimentos técnicos e políticos a serem adotados.

1.1.4.4 Resultados das Principais Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Território

Este item não contempla a totalidade das políticas públicas que têm por foco a agricultura familiar. Não foi possível, por exemplo, analisar os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), Luz para Todos, Previdência Rural, Habitação Rural, as diversas ações na área da educação do campo, a incidência do Bolsa Família entre os agricultores familiares do Território, dentre outras políticas relevantes. Sugere-se que os resultados dessas políticas sejam apreciados na continuidade do processo de planejamento Territorial. Na sequência, apresenta-se dados referentes ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Pronaf e Pronat no Território. Sobre o Pronat considera-se necessário que o Colegiado Territorial proceda uma avaliação dos principais projetos apoiados, com o propósito de apontar lições (positivas e negativas), boas práticas a serem reproduzidas, bem como aspectos a serem evitados na sequência dos trabalhos.

O PNCF beneficiou no Território um total de 205 famílias, que somadas às 103 famílias que tiveram acesso ao Banco da Terra totalizam 308 agricultores familiares beneficiados por ações de crédito fundiário. Três municípios não receberam ainda nenhum financiamento do PNCF –Frei Rogério, Ponte Alta do Norte e São Cristovão do Sul- e Zortéa e Santa Cecília só tiveram um beneficiado. Acredita-se que este Programa tem um papel relevante no sentido de beneficiar de forma prioritária os 859 agricultores não-proprietários de terras existentes no Território, bem como aqueles que possuem pouca terra. Além desse público, o Programa deve atender os filhos de agricultores familiares que desejam continuar na atividade, mas não têm condições de adquirir terra por conta própria, nem herdar parte ou a totalidade do estabelecimento familiar. O acompanhamento da evolução desse Programa, o zelo para que os índices de inadimplência fiquem em níveis baixos, o controle para que não haja desvirtuamentos quanto ao público beneficiário potencial e o aprimoramento das técnicas para identificação de estabelecimentos passíveis de serem negociados via essa política são alguns aspectos que as instâncias territoriais de gestão devem assumir.

Em relação ao Pronaf percebe-se que o conjunto das diferentes categorias de agricultores familiares do Território tem, nos últimos anos, buscado o acesso de forma mais estável. No último ano agrícola, no entanto, teve-se uma queda do valor total financiado e um aumento do número de contratos, passando, respectivamente, de R\$45,52 milhões para R\$36,62 milhões e de 4.789 para 4.937 contratos entre 2008/09 e em 2009/10. Esse comportamento não corresponde àquele verificado no país, que registrou aumento no valor e diminuição no número de contratos, sugerindo uma maior concentração dos recursos. Nas cinco safras agrícolas aqui consideradas foi aplicado um total de R\$177,65 milhões nos municípios do Território. As Tabelas 19 e 20, a seguir, apresentam os montantes de valor de crédito e de contrato desse Programa no Território, por ano agrícola, da safra 2005/06 à de 2009/10.

O número de contratos não pode ser interpretado como sendo o número total de agricultores familiares beneficiados pelo Programa, pois muitos agricultores podem ter tomado crédito para custeios agrícola e pecuário, além de crédito para investimentos e cada uma dessas operações é contabilizada em contratos separados. De toda maneira, o cruzamento entre os dados da Tabela 20 com o número de agricultores familiares por municípios (Tabela 13) revela que os municípios de Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristovão do Sul e Zortéa têm possibilidades de aumentar de forma significativa o número de agricultores beneficiados pelo Pronaf. Nos demais municípios convém estabelecer uma parceria com os responsáveis pelos planos de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil no sentido de instalar uma força tarefa que propicie a inserção de parcela dos agricultores familiares que, por razões diversas, não têm acesso ao Pronaf.

Além disso, no tópico sobre os setores industrial e de serviços do Território tratou-se da estrutura do sistema financeiro territorial. Essa análise demonstrou o elevado grau de concentração dos bancos nos municípios de Curitiba e Campos Novos e a possibilidade dos dois sistemas de cooperativismo de crédito rural presentes no Território –Sicoob e Cresol Central- em expandir seus serviços para cada um dos treze municípios do Planalto Catarinense. A difusão de serviços financeiros de proximidade e, principalmente, das metodologias de microfinanças e microcrédito pode melhorar de forma significativa o acesso dos agricultores familiares mais carentes aos empréstimos do Pronaf.

Tabela 19 – Montante do Crédito Rural do Pronaf no Território Planalto Catarinense por município e Ano Agrícola

Municípios	Ano Agrícola (R\$ milhão)					TOTAL
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	
Abdon Batista	4,02	3,98	5,56	5,47	5,41	24,44
Brunópolis	2,38	2,57	3,83	3,94	3,17	15,89
Campos Novos	6,50	7,68	10,24	12,30	10,40	47,12
Celso Ramos	1,69	1,89	2,44	2,58	2,90	11,50
Curitibanos	3,67	3,85	55,70	6,32	3,78	23,32
Frei Rogério	2,79	2,98	4,82	6,34	3,38	20,31
Ibiam	1,08	1,22	1,85	2,31	1,80	8,26
Monte Carlo	0,84	0,66	1,08	1,26	1,26	5,10
Ponte Alta do Norte	0,07	0,10	0,14	0,28	0,25	0,84
Santa Cecília	1,07	1,14	1,15	0,83	0,61	4,80
São Cristóvão do Sul	0,16	0,29	0,39	0,33	0,23	1,40
Vargem	1,72	2,32	2,61	2,96	3,04	12,65
Zortéa	0,24	0,25	0,53	0,60	0,40	2,02
TOTAL	26,23	28,93	40,34	45,52	36,62	177,65

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 04/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 04/2010; BASA: Até 10/2009; BB: Até 04/2010; BN: Até 03/2010 e BNDES: Até 07/2006.

Tabela 20 – Número de Contratos do Pronaf no Território Planalto Catarinense por Municípios e Ano Agrícola

Municípios	Contratos por Ano Agrícola				
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Abdon Batista	924	561	690	635	671
Brunópolis	541	432	541	424	385
Campos Novos	1.157	1.162	1.350	1.073	1.229
Celso Ramos	500	540	670	572	730
Curitibanos	667	598	784	631	524
Frei Rogério	527	433	617	492	369
Ibiam	173	180	243	214	205
Monte Carlo	169	139	163	148	126
Ponte Alta do Norte	19	18	28	24	21
Santa Cecília	182	153	150	97	86
São Cristóvão do Sul	27	39	46	38	31
Vargem	477	430	491	395	534
Zortéa	56	46	78	46	26
TOTAL	5.419	4.731	5.851	4.789	4.937

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 04/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 04/2010; BASA: Até 10/2009; BB: Até 04/2010; BN: Até 03/2010 e BNDES: Até 07/2006.

Através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram alocados entre 2005 e 2010 cerca de R\$ 1,6 milhão do Orçamento Geral da União e de contrapartidas das prefeituras municipais, para

desenvolvimento de ações de investimento de projetos demandados por organizações de agricultores familiares. Diferente do Pronaf, os recursos do Pronat não são reembolsados pelos agricultores beneficiados. A Tabela 20, a seguir, lista todos os projetos de investimentos apoiados pelo Pronat durante o período de 2005 a 2010, especificando a finalidade, valor e instituição responsável pela execução.

Tabela 20 – Finalidade do Projeto, Valor e Entidade Executora dos Recursos do Pronat investidos no Território

Ano: 2005			
Municípios	Finalidade	Valor	Executor
Campos Novos	Equipamento para envase de leite cru resfriado.	117.500,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Brunópolis	Resfriador de Leite à granel, 1.600 l/dia.	17.500,00	Prefeitura Municipal de Brunópolis
Campos Novos	Construção parte física (Vinicampos).	120.000,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Ibiam	Resfriador de leite a granel, 2.000 l/dia.	18.500,00	Prefeitura Municipal de Ibiam
Zortéa	Grade Niveladora, Plantadeira pendular.	13.000,00	Prefeitura Municipal de Zortéa
Monte Carlo	Resfriador de leite a granel, 1.600 l/dia.	17.500,00	Prefeitura Municipal de Monte Carlo
Curitibanos	Resfriador de expansão, 2.000 litros.	18.380,00	Prefeitura Municipal de Curitibanos
Frei Rogério	Resfriador de expansão, 2.000 litros.	18.380,00	Prefeitura Municipal de Frei Rogério
Ponte Alta do Norte	Resfriador de expansão, 2.000 litros.	18.380,00	Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte
São Cristóvão do Sul	Resfriador de expansão, 1.600 litros.	17.430,00	Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul
Ano: 2006			
Municípios	Objeto	Valor	Executor
Campos Novos	Sistema de Irrigação, tipo Gotejamento	7.640,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Campos Novos	02 Ensiladeiras	25.000,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Celso Ramos	Máquinas e Equipamentos indústria Cana de açúcar.	37.777,00	Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Monte Carlo	Plantadeiras com Kit sementes pequenas.	30.000,00	Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Ano: 2007			
Municípios	Objeto	Valor	Executor
Celso Ramos	Construção parte física e equipamentos para produção aguardente de cana.	138.000,00	Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Abdon Batista	Equipamentos para processamento de bioativas.	45.000,00	Prefeitura Municipal de Abdon Batista
Frei Rogério	Construção e equipamentos para empacotamento de grãos.	60.522,00	Prefeitura Municipal de Frei Rogério
São Cristóvão do Sul	Unidade de limpeza e secagem de cereais.	44.000,00	Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul
Ano: 2008: Não houve apoio financeiro para projetos neste ano			
Ano: 2009			
Municípios	Objeto	Valor	Executor
Campos Novos	Aquisição de um Caminhão refrigerado, com caixa furgão frigorífica e equipamento de frio acoplado.	225.000,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Campos Novos	Aquisição de Despalhador de espigas de milho. Aquisição de Colhedora acoplada a trator com plataformas de milho, feijão e soja.	138.560,00	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agricultura
Ano: 2010			
Municípios	Objeto	Valor	Executor
Campos Novos	Aquisição de Veículos e Equipamentos	110.000,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Campos Novos	Aquisição de Material para Construção	185.725,00	Prefeitura Municipal de Campos Novos
Território	Apoio ao Desenvolvimento da Agroecologia	110.700,00	UNOESC
Zortéa	Aquisição de material para Construção e aquisição de equipamentos.	205.304,00	Prefeitura Municipal de Zortéa

2 - VISÃO DE FUTURO

Convém lembrar que nesta versão do Plano se priorizou, na medida do possível, a atualização do tópico referente ao Diagnóstico Territorial. Portanto, a partir deste tópico serão apresentadas as elaborações que os representantes do Colegiado Territorial efetuaram ao longo das suas atividades sem que as mesmas tenham passado por um processo de revisão. Essa etapa está prevista para o início do próximo ano (2011), devendo se retomar, também, os aspectos que não foram atualizados no Diagnóstico, que os membros do Colegiado consideram frágeis ou que os dados secundários analisados não condizem inteiramente com a realidade Territorial. Assim, a visão de Futuro do Planalto Catarinense definida de

forma participativa pelos integrantes do Colegiado Territorial foi sintetizada da seguinte forma:

- “Promover o desenvolvimento em suas diferentes dimensões – ambiental, social, cultural e econômica – com preservação ambiental para o bem estar social das populações do território, através de um processo de formação permanente, tanto para as gerações atuais, bem como para conscientização das futuras gerações, viabilizando acesso à educação de qualidade que contribua tanto para a formação pessoal como para a qualificação das atividades produtivas;
- “Protagonismo da agricultura familiar, fortalecimento do associativismo e cooperativismo, ampliação da produção de alimentos limpos a partir da consolidação da agroecologia, com maior valor agregado e ampliação dos espaços de comercialização, com aumento de renda e vida digna no campo e na cidade.”
- “Inclusão social de jovens, mulheres, homens e crianças respeitando as suas culturas”.

3 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Território Planalto Catarinense tem como Objetivos Estratégicos os seguintes aspectos:

- Articular as demandas da agricultura familiar e gestores públicos municipais;
- Organizar as propostas do território para o desenvolvimento, priorizando as ações estratégicas;
- Apresentar o planejamento integrado das ações visando o desenvolvimento socioeconômico regional sustentável;
- Fortalecer a agricultura familiar, através da inclusão social e geração de renda com preservação ambiental;
- Princípios da agroecologia, participação social e valorização da agricultura familiar.

4 - VALORES OU PRINCÍPIOS

- Transversalização de ações;
- Intermunicipalização dos projetos, diagnósticos e planejamentos;
- Articulação de ações conjuntas entre Governos e sociedade civil organizada;
- Equidade, atentando para as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas;
- Suscitar um modelo de desenvolvimento territorial que privilegie a vida e o Capital Humano;
- Promoção do direito humano à renda e trabalho;
- Integração das ações dos Poderes Públicos Municipais, Estaduais e Federais com as ações da Sociedade Civil e outros organismos de cooperação nacionais ou internacionais voltadas ao desenvolvimento do Território, à geração de trabalho e renda, à segurança alimentar e a preservação do meio ambiente;
- Efetivação do controle social das políticas públicas direcionadas à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento territorial;
- Atuação de maneira integrada com as demais políticas públicas que buscam promover a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento territorial.

5 - DIRETRIZES PRINCIPAIS

- Perceber o território de modo integral com suas várias dimensões (sócio-cultural, econômica, ambiental e político-institucional), heterogeneidades, identidades, potencialidades e fragilidades;
- Estimular a construção de parcerias entre os atores sociais para o desenvolvimento das pessoas e instituições;


- Estimular a articulação entre as demandas sociais e as políticas públicas que ampliem as possibilidades de investimentos públicos e privados, contemplando a equidade na distribuição das oportunidades e das riquezas geradas;
- Estimular o desenvolvimento de capacidades locais, a participação e a cooperação das populações do território;
- Adotar o planejamento ascendente como instrumento de descentralização de políticas públicas e de gestão e de autogestão do território;
- Atuar de forma descentralizada, em sintonia com a sociedade civil, e com o setor público;
- Priorizar a redução das desigualdades sociais;
- Considerar as dimensões de gênero, etnia, geração e raça nas discussões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS;
- Fortalecer a economia territorial, valorizando os recursos locais, de modo a garantir aumento da renda e da oferta de empregos.

6 - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

6.1 - Eixo 1 – Geração de emprego e renda

 Promover melhorias na fertilidade solo;

1.1. Melhoria do solo através de utilização de calcário, adubação verde, rotação de cultura e demais adubos orgânicos e práticas conservacionistas;

 Apoio às principais cadeias produtivas do território (pinhão, fruticultura, ovinocultura, apicultura, olericultura, grãos,bovinocultura de leite e corte, ervas medicinais, essências florestais, reflorestamento e sistemas agro florestais, piscicultura).

2.1. Levantamento dos principais entraves e definir ações estratégicas;

2.2. Melhoria das cadeias produtivas;

2.3. Organização dos arranjos institucionais de algumas cadeias;

- 2.4- pesquisa e apoio as cadeias existentes e inovadoras de forma participativas
- ▣ Articulação das políticas públicas existentes, buscando ampliação de mercado para os produtos rurais do território;
 - 3.1. Estabelecer parcerias com Consad, cooperativas, PAA, prefeituras, SDR, Fome Zero, Economia Solidária, universidades epagri e etc.
 - ▣ Viabilizar os serviços de inspeção e certificação para os produtos da agricultura familiar;
 - 4.1. Certificação através da discussão de grupos coletivos (agroecologia).
 - 4.2. Implementar o SUASA (Sistema Único de Acompanhamento Sanitário Agropecuário) no território.
 - 4.3. Ampliar as parcerias com as entidades oficiais de Sanidade Agropecuária.
 - ▣ Criar redes de produção, distribuição e/ou comercialização dos produtos da agricultura familiar;
 - 5.1. organizar em torno de uma ou mais cooperativas da agricultura familiar, ligadas à outras pequenas organizações existentes no território;
 - 5.2. Banco de alimentos regiões.
 - 5.3. Organização da produção para formação de estoques reguladores;
 - ⌚ Viabilizar o acesso as políticas publicas orientando às linhas estratégicas definidas pelo território através de organizações dos próprios atores locais;
 - 6.1. Aplicação de políticas públicas orientadas;
 - 6.2. Plano safra territorial;
 - 🗺 Realizar estudo econômico comparativo sobre alternativas de rendas não agrícolas no meio rural (a exemplo do turismo rural, artesanato, agroindústrias, dentre outros).
 - 👤 Criar mais oportunidades para os jovens permanecerem no campo/rural, tais como o acesso a crédito, dentre outras políticas publicas e oportunidades.
 - 8.1. Apoiar a estruturação de organizações de jovens ligadas à agricultura familiar;
 - 8.2. Um programa de formação e capacitação e acompanhamento da juventude.

8.3. Ampliar as articulações com outros projetos territoriais (Terra Solidária, Jovem Empreendedor Rural, Educação do Campo, Turismo Rural, Minha Primeira Terra, Cultura e Esporte).

☞ Fortalecimento da Agroecologia em todas as suas dimensões como alternativa ao modelo hegemônico;

9.1 Ampliar as parcerias para comercialização dos produtos, articulando as organizações da sociedade civil e as políticas públicas nas três instâncias institucionais;

9.2. Um programa de pesquisa e produção articulado interinstitucional (Epagri, Universidades, Governos, Organizações).

9.3. Programa de sensibilização e capacitação para agroecologia;

6.2 - Eixo 2 – Associativismo e cooperativismo

📁📁 Apoiar a formação e fortalecimento de associações e cooperativas;

10.1. Programa de apoio a Capacitação e Gestão das Associações e cooperativas;

10.2. Constituição de redes de associações e cooperativas;

10.3. Estimular que as cadeias produtivas se organizem em associações e ou cooperativas, dentre outras;

📁📁 Apoiar a formação e fortalecimento de associações e cooperativas com enfoque na Economia Solidária e Gênero.

6.3 - Eixo 3 – Meio ambiente

12. Preservação, recuperação, conservação das matas ciliares.

12.1. Produção de mudas de plantas nativas;

12.2. Programa de Educação ambiental.

13. Estimular o processo de organização para ocupar os diversos espaços de tomada de decisão da sociedade civil.

14 Estimular o turismo e agroecoturismo;

14.1. Mapeamento e diagnóstico sobre as potencialidades locais para o agroecoturismo e turismo;

14.2. Organização das demandas;

15. Apoiar ações e que busquem Compensação pela Preservação ambiental para a agricultura familiar.

6.4 - Eixo 4 – Intermunicipalidade

16. Ações de apóia a organização dos atores locais com vistas ao fortalecimento do processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável;

16.1. Ampliar e rever as parcerias com todas as entidades representativas no território (sociedade civil e poderes públicos);

16.2. Incentivar fóruns de discussão entre as entidades representativas do Território, fazendo com que estas criem uma dinâmica de encontros regulares.

16.3. Definir estratégias para o controle social;

17. Ampliar as formas de comunicação das ações territoriais;

6.5 - Eixo 5 – Organização e formação

18. Ampliar o processo de formação para a cidadania;

18.1 Programa de formação para a cidadania;

19. Fortalecer a educação apropriada à realidade do campo;

19.1. Adequação dos currículos escolares às peculiaridades locais de forma que se compreenda a importância do rural;

19.2. Promover a educação de Jovens e Adultos, como forma de tornar possível o Desenvolvimento Territorial ao longo prazo;

20. Articular as entidades públicas e da sociedade civil para uma atuação em ATER em forma multidisciplinar;

6.6 - Eixo 6 - infraestrutura e serviços de apoio

21. Implementar e melhorar as condições de moradia (com saneamento básico, água, luz, acesso e comunicação) com espaços de lazer, cultura, esporte, dentre outros;

22. Ampliar as formas de transporte no território;

23. Regularização fundiária das terras do território;

23.1. Articular com as políticas públicas federais e interinstitucionais;

24. Desapropriação de terras improdutivas;

24.1. Atualização dos índices de produtividade.

7 - PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

7.1 - Geração de emprego e renda

- ▶ Melhorar a fertilidade do solo (discutir via Plano Safra Territorial);
- ▶ Apoio as principais cadeias produtivas do território;
- ▶ Articulação das principais políticas públicas existentes;
- ▶ Buscar garantia e ampliação de mercado dos produtos do Território;
- ▶ Viabilizar os serviços de inspeção e certificação para os produtos da agricultura familiar;
- ▶ Criar centros de armazenamento e distribuição dos produtos agropecuários;
- ▶ Apoio Crédito (demanda);
- ▶ Linhas de crédito para hortifrutigranjeiros;
- ▶ Pesquisar alternativas agroflorestais;
- ▶ Implementar programa de agregação de valor;
- ▶ Pesquisa participativa, diversificação;
- ▶ Realizar estudo econômico comparativo (turismo rural dentre outros);
- ▶ Criar mais oportunidade para os jovens permanecerem no campo;
- ▶ Incentivo à produção agroecológica disponibilizando mais recursos específicos para essa finalidade.

7.2 - Associativismo e cooperativismo

- ▶ Associativismo com base na economia solidária;
- ▶ Associativismo produtos, produção, comercialização;
- ▶ Organização e Planejamento;
- ▶ Criar associações e promover a conscientização;

- ▶ Articulação de políticas públicas em economia solidária;
- ▶ Organização dos produtores;
- ▶ Organizar Programas Institucionais.

7.3 - Meio ambiente

- ▶ Preservação, recuperação, conservação das matas ciliares;
- ▶ Estimular o processo de organização para ocupar os diversos espaços de tomada de decisão da sociedade civil. Ex: comitê das bacias;
- ▶ Organizar programas cultura, lazer, esporte;
- ▶ Estudo da situação dos atores na área do Parque Nacional São Joaquim, transformação do campo dos Padres em parque (estudo).

7.4 - Intermunicipalidade

- ▶ Buscar parcerias (Epagri, Prefeituras, Sindicatos, ONGs, Igreja e etc.);
- ▶ Amadurecimento e empoderamento e controle social;
- ▶ CIAT bem estruturado e se possível legalizado, representativo;
- ▶ Multiplicação de atores;
- ▶ Usar parte dos recursos para marketing (rádio, jornal, folder);
- ▶ Ampliar o numero de multiplicadores o tamanho do território passaria a ser um ponto forte fortalecer as instituições regionais;
- ▶ Fórum Permanente da Agricultura Familiar.

7.5 - Organização e formação

- ▶ Curso de formação de Cidadania;
- ▶ Fortalecer Educação no Campo; ATER equipe multidisciplinar;
- ▶ Valorização do meio Rural.

7.6 - Infraestrutura e serviços de apoio

- ▶ Oportunidade social moradia, lazer, cultura, esporte, oportunidade de melhoria na qualidade de vida;
- ▶ Pesquisa participativa nas pequenas propriedades;
- ▶ Parcelar dívida a longo prazo;
- ▶ Terminal de Calcário (ferrovia);
- ▶ Estrada, Educação, Comunicação, Energia Elétrica, Saúde;
- ▶ Contrato para os Assentamentos;
- ▶ Evolução da escola no campo;
- ▶ Abertura do transporte.

8 - PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL

Este item ainda não foi discutido pelos integrantes do Colegiado Territorial e deverá ser objeto de elaboração no próximo ano.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros do Colegiado Territorial consideram que muito se avançou nos últimos anos no que se refere à compreensão do significado do desenvolvimento territorial sustentável. Espera-se que mais atores do Território venham contribuir com o processo de planejamento. Percebeu-se, também, que muitos conflitos iniciais estão ficando em segundo plano e que os representantes do Colegiado têm um objetivo comum que consiste no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, levando em conta as profundas diferenças existentes no interior dessa noção. Diversas experiências apoiadas pela política territorial do MDA/SDT encontram-se em pleno funcionamento e outras ainda buscam um modelo de gestão adequado para cada situação. Acredita-se, no entanto, que essa política, precisa se tornar uma política de Estado, não se limitando a uma mera iniciativa de governo.

Os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 revelam uma situação preocupante no Território: dos treze municípios, seis perderam população ao longo da década e o crescimento populacional do Território (5,6%) ficou bem

abaixo do verificado no estado (15,4%). O fato de quase a metade dos municípios perder população indica a existência de desequilíbrios na estrutura socioeconômica do Território, que precisa de medidas corretivas. Alguns aspectos foram identificados nesta atualização do Diagnóstico Territorial como sendo áreas de intervenção ainda não tratadas pelo Colegiado Territorial. Ressalte-se que essas sugestões de áreas de intervenções não têm o caráter de ser exaustiva existindo, certamente, outras frentes de atuação não arroladas nesta versão do Plano, mas que na continuidade do processo de planejamento podem se revelar promissoras e estratégicas. Na sequência apresenta-se uma síntese desses aspectos como forma de subsidiar as futuras discussões do Colegiado:

- 1- Aprofundamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário a partir da elaboração de um projeto que priorize as quase novecentas famílias de agricultores familiares que não são proprietárias dos estabelecimentos rurais;
- 2- Criação de um sistema territorial de financiamento, tendo por base o cooperativismo de crédito rural, de forma a atender todos os municípios do Território seja com novas cooperativas, seja com a abertura de PAC das cooperativas existentes;
- 3- Elaboração de um projeto visando a captação de recursos financeiros da modalidade “B” do Pronaf, acompanhada de uma proposta de gestão territorial a partir de metodologias do microcrédito praticadas, por exemplo, pelo Banco do Nordeste com o Programa Agroamigo. Este projeto visa atender as famílias de agricultores mais pobres do Território;
- 4- Em parceria com o Sebrae, elaborar um projeto de microcrédito para acessar recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado do BNDES, com o propósito de beneficiar de forma prioritária as famílias que residem nas periferias dos núcleos urbanos e que atuam como assalariadas sazonais em atividades agropecuárias, além de microempreendedores rurais;
- 5- Realizar um estudo sobre as atividades florestais existentes no território com o intuito de conhecer com profundidade o processo de expansão das áreas cultivadas com *pinus* e *eucaliptus*, as categorias sociais e as relações de trabalho que predominam nessa atividade, os principais impactos ambientais

e possíveis intervenções e negociações com o setor empresarial do ramo a serem empreendidas por iniciativa do Colegiado Territorial;

- 6- Efetuar um estudo semelhante relacionado aos principais problemas ambientais existentes no Território, que contemple, também, a identificação de potencialidades latentes de desenvolvimento territorial sustentável e valorize os chamados recursos territoriais específicos (exclusivos e de difícil reprodução noutros territórios).

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

CARPANEZZI, A. A. et al. Zoneamento ecológico para plantios florestais no estado de Santa Catarina. Curitiba: Embrapa – CNPF, 1988. 113 p.

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no Planalto Catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. Extensão Rural, Santa Maria, 2008, PP.05-30.

_____. Sistemas territoriais de financiamento: concepção de projetos inclusivos. In: LEITE, S.P; DELGADO, N.G. Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília, IICA/OPPA, 2010 (no prelo).

MACHADO, P.P. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M.F. (Org). História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, UFSC, 2001, pp. 19-20.

IBGE. Estrutura do sistema de contas nacionais. Brasília, DPE/CONAC, 8p.

RACE – Rede Acadêmica de Ciências Econômicas. Definição dos indicadores e metodologia. 2005. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae/ibge/indicadores_metodologia.htm>. Acesso em: 04-07-2010.

RAUD, C. Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis-Blumenau, Ed. da UFSC/Ed. da FURB, 1999.

SANTOS, S.C. dos. Educação e sociedades tribais. Porto Alegre: Movimento, 1975.

SEBRAE. Santa Catarina em números. Florianópolis, 2010.